

**UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL**

CRISTIANE TABARRO

**TRAMAS E DRAMAS DA SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR:
PERCEPÇÃO DOS JOVENS NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2018

CRISTIANE TABARRO

**TRAMAS E DRAMAS DA SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR:
PERCEPÇÃO DOS JOVENS NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de Ciências Agrárias da Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade Rural.

Prof. Dr. Alvorí Ahlert - Orientador
Prof. Dr. Dirceu Basso - Coorientador

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2018

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Tabarro, Cristiane

TRAMAS E DRAMAS DA SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: PERCEPÇÃO DOS JOVENS NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ / Cristiane Tabarro; orientador(a), Alвори Ahlert; coorientador(a), Dirceu Basso, 2018.

93 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Marechal Cândido Rondon, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, 2018.

1. Agricultura familiar. 2. Juventude rural. 3. Sucessão geracional. 4. Extensão rural. I. Ahlert, Alвори . II. Basso, Dirceu. III. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.




PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

**Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável
Mestrado e Doutorado**

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE **CRISTIANE TABARRO**, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 27 dia(s) do mês de agosto de 2018 às 13h30min, no(a) Unioeste - Campus de Marechal Cândido Rondon, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) Cristiane Tabarro, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável - nível de Mestrado, na área de concentração em Desenvolvimento Rural Sustentável. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Alvorí Ahlert, Clério Plein (videoconferência), Dirceu Basso, Carlos Alberto Marçal Gonzaga. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Alvorí Ahlert, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) candidato(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "TRAMAS E DRAMAS DE SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Clério Plein, Dirceu Basso, Carlos Alberto Marçal Gonzaga. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **Aprovado(a)**, atendendo indicações da banca. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).


Orientador(a) - Alvorí Ahlert

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon
(UNIOESTE)


Clério Plein

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão
(UNIOESTE)



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

**Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável
Mestrado e Doutorado**

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE **CRISTIANE TABARRO**, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Dirceu Basso

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila)

Carlos Alberto Marçal Gonzaga

Universidade Estadual do Centro-Oeste - Campus de Irati (UNICENTRO)

Cristiane Tabarro
Candidato(a)

Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
Sustentável

Dedico este trabalho aos meus pais, Beto e Vera: exemplos de fortaleza, apoio e amor nessa trajetória. Ao meu esposo Enéias, meu amor, pela motivação e paciência. Ao nosso filho Luis Miguel, presente de Deus!

AGRADECIMENTOS

A Deus, gratidão pela oportunidade de realizar esse Mestrado. Pela força a mim concedida nessa trajetória em meio aos desafios e limitações, transformando meus desalentos em sabedoria, discernimento e inspiração.

À minha família, pela motivação, incentivo, orações e um colo acolhedor em meio às turbulências da vida, sendo meu amparo, minha alegria e luz. Em especial à minha mãe Vera, exemplo de fortaleza e fé - colo acolhedor, com uma sensibilidade admirável, capaz de me acalmar com simples palavras ao telefone. Ao meu pai, que com seu exemplo de luta, me encorajava a não desistir ao ter que enfrentar 450 km de estrada para participar das aulas e conciliá-las com a rotina de extensionista. Ao meu irmão Fabiano, exemplo de dignidade, e à minha cunhada Lidiane, pelas incontáveis orações e conversas que aliviavam minha alma. Ao meu esposo Enéias, pelo apoio e compreensão constantes - gratidão por ser quem você é e pela oportunidade de construirmos uma família que foi agraciada no decorrer desse Mestrado com o bem mais precioso, o nosso filho Luis Miguel.

Ao professor Orientador Alvorí Ahlert, pela confiança em mim depositada, por sua amorosidade nos nossos diálogos, por compreender minhas limitações, acreditar no meu projeto de pesquisa e me orientar nessa trajetória. À Universidade Estadual do Oeste do Paraná e a todos os professores. Em especial ao professor Dirceu Basso, pela coorientação e partilha de seus conhecimentos nesse processo. Ao Professor Clério Plein, cuja disciplina proferida foi um divisor de águas nessa trajetória de compreensão das tramas e dos dramas do desenvolvimento rural e da agricultura familiar.

A todos os participantes desta pesquisa, em especial aos pais e aos jovens agricultores familiares do município de Guamiranga-PR, sem os quais não seria possível a efetivação desta dissertação. Aos amigos e amigas que o Mestrado me presenteou, que me acolheram e me fizeram sorrir em meio às dúvidas e incertezas, sem jamais desanimar na conquista deste sonho.

“Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito, e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer.”
(FREIRE, 2015.)

RESUMO

TABARRO, Cristiane, M. Sc. Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Outubro – 2018. **Tramas e dramas da sucessão na agricultura familiar: percepção dos jovens do Território Centro-Sul do Paraná.** Orientador: Dr. Alvorí Ahlert. Coorientador: Dr. Dirceu Basso.

Esta pesquisa apresenta um olhar sobre tramas e dramas que entrelaçam a juventude rural do Território Centro-Sul do Paraná, tendo enfoque no município de Guamiranga, com conexões com os atores do Território e suas relações perante a sucessão geracional na agricultura familiar e permanência dos jovens no meio rural. O estudo se caracteriza por ser uma pesquisa qualitativa, com análise subjetiva, através do método de análise documentário de interpretação de Karl Mannheim, para descrever e entender as entidades não individuais. Isso oportuniza uma análise mais complexa, sistêmica, crítica e subjetiva dos processos das relações constituídas em consonância com o projeto de diversificação das áreas cultivadas com tabaco. A pesquisa também traz para a análise o ato de se compreender o desenvolvimento como arte - no qual sobressaltam-se o quantificar e o qualificar. As informações foram coletadas, tabuladas e comparadas em suas duas vertentes, direcionando o resultado do exposto apresentado. O estudo mostra as diferentes percepções dos (as) jovens e de seus pais em relação ao tema, aos avanços e retrocessos nos discursos e nas ações em relação ao ambiente rural ser um espaço de oportunidades que “acolhe” e/ou “expulsa” o jovem, assim como as batalhas enfrentadas nesse cenário aqui caracterizado como dramas e tramas. A pesquisa apresenta a importância das relações territoriais dialogarem para o agir efetivo das políticas onde jovens e suas famílias atuam, por meio de suas redes e ações concretas em torno do objetivo comum de fortalecimento da agricultura familiar e de toda trama na qual ela está inserida.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Juventude Rural. Sucessão Geracional. Extensão Rural. Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

TABARRO, Cristiane, M. Sc. Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Mês – 2017. **Plots and dramas of the succession of family agriculture: perception of the young people of the Center-South Territory of Paraná.** Orientador: Dr. Alvorí Ahlert. Coorientador: Dr. Dirceu Basso.

This research presents a look at plots and dramas that intertwined the rural youth of the territory south of Paraná, having focus on the municipality of Guamiranga, with connections to the actors of the territory and their relationships before the generational succession in family agriculture and retention of young people in rural areas. The study is a qualitative research, with subjective analysis, through documentary analysis method of interpretation of Karl Mannheim, to describe and understand the individual entities. That it gives a more complex analysis, systemic, critical and subjective processes established relations in line with the diversification of areas cultivated with tobacco. The research also brings to the analysis the act to understand development as art - in which demonstrate the quantify and qualify. The information has been collected, tabulated and compared in its two aspects, directing the result from the above presented. The study shows the different perceptions of the young people and their parents in relation to the theme, the advances and setbacks in the speeches and actions in relation to the rural environment to be a space of opportunity that "hosts" and/or "expelled" the young, as well as the battles faced in this scenario here characterized as dramas and plots. The survey shows the importance of territorial dialogue relations for effective policy action where young people and their families act, through their networks and concrete actions around the common goal of strengthening family agriculture and the whole plot in which it is inserted.

Key-words: Family Farming. Rural Youth. Generational Succession. Rural Extension. Sustainable Development.

LISTA DE SIGLAS

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CEDEJOR - Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural

CQCT - Convenção-Quadro Controle do Tabaco

DESER - Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais

EMATER-PR - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

ICAF - Instituto de Cooperação da Agricultura Familiar

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

OMS – Organização Mundial da Saúde

SEAB - Secretaria de Agricultura e Abastecimento

SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Elementos orientadores da dissertação.	18
Figura 2 – Linha do tempo da agricultura no Brasil	50
Figura 3 - Futuro profissional desejado pelos rapazes.	52
Figura 4 – Futuro profissional desejado pelas moças.	52
Figura 5 – Participação de rapazes nas decisões na propriedade.	54
Figura 6 – Participação de moças nas decisões da propriedade.	54
Figura 7- Sucessão na propriedade rural em Guamiranga na percepção dos pais...	56
Figura 8 - Sucessão na propriedade rural em Guamiranga na percepção dos rapazes	56
Figura 9 - Sucessão na propriedade rural em Guamiranga na percepção das moças.	57
Figura 10 - Carta Aberta da Juventude	Erro! Indicador não definido.
Figura 11 – Pluriatividade na agricultura familiar de Guamiranga na percepção dos pais.....	60
Figura 12 – Pluriatividade na agricultura familiar de Guamiranga na percepção das moças.....	61
Figura 13 – Pluriatividade na agricultura familiar de Guamiranga na percepção dos rapazes.	61
Figura 14 – Gestão da propriedade e sucessão geracional na ótica dos pais.	63
Figura 15 – Gestão da propriedade e sucessão geracional na ótica das filhas.	63
Figura 16 – Gestão da propriedade e sucessão geracional na ótica das filhas	64
Figura 17 – Gestão da propriedade e sucessão geracional na ótica das filhas.	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População total rural, densidade demográfica e estabelecimentos rurais da região Sudeste do Paraná.....	35
Tabela 2 - PIB e IDH dos municípios da região Sudeste do Paraná	39
Tabela 3 - População urbana e rural no Território Centro-Sul do Paraná	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tema, autores e elementos centrais de análise.....	16
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	16
1.1 Desenvolvimento rural sustentável e territórios.....	28
1.1.1 Desenvolvimento Rural Sustentável	28
1.1.2 Territorialidades	28
1.2 O desenvolvimento rural sustentável no território centro-sul do paraná.....	32
1.2.1 Abrangência e principais características	34
1.3 Juventude e sucessão rural	36
1.3.1 Juventudes e sucessão na Agricultura Familiar	36
1.3.2 Juventude rural e autonomia	40
2 A TRAJETÓRIA DA PESQUISA	43
2.1 Materiais e métodos	44
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES	50
3.1 Sucessão na perspectiva de pais x filhos (as)	51
4 CONSIDERA�ES FINAIS	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72
ANEXO A – CARTA ABERTA DA JUVENTUDE	77
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIOS DE PESQUISA	81
APÊNDICE B – PESQUISA QUALITATIVA	92
APÊNDICE C - MÉTODO DOCUMENTÁRIO	93

INTRODUÇÃO

Dialogar sobre tramas e dramas da sucessão na agricultura familiar sob a percepção dos jovens no Território Centro-Sul do Paraná é navegar sobre o universo da minha história e correlaciona-la com as experiências vividas com a atividade profissional exercida na condição de Técnica Social de ATER.

O recorte espacial, temporal e de vida apresentado neste trabalho é o Território Centro-Sul do Paraná, tendo como ponto focal o município de Guamiranga-PR e suas inter-relações com os atores sociais atrelados às territorialidades com seus conflitos versus diferentes interesses. Neste caso, enfatizam-se as tramas e os dramas na sucessão da agricultura familiar na percepção dos jovens na execução do Projeto de ATER no contexto da diversificação das áreas cultivadas com o tabaco.

O objetivo geral desta pesquisa visa compreender as vicissitudes da sucessão familiar através das percepções das juventudes do Território Centro-Sul do Paraná. Os objetivos específicos são: pesquisar as percepções de moças e rapazes sobre a sucessão na agricultura familiar no Território Centro-Sul do Paraná; verificar a correlação nas percepções de pais e jovens sobre a sucessão na agricultura familiar; identificar os referenciais e as autocompreensões da juventude rural do Território Centro-Sul do Paraná desde o território – família, economia, políticas públicas e Assistência Técnica e Extensão Rural.

A pesquisa, em seu primeiro momento, inicia o diálogo sobre o desenvolvimento rural sustentável no Território Centro-Sul do Paraná num viés teórico sobre desenvolvimento e territorialidades. Num segundo momento, dialoga-se sobre a conjuntura do tabaco e a agricultura familiar no território, sua abrangência e as principais características e ações do Projeto de ATER que visa a diversificação das áreas cultivadas com o tabaco, seus objetivos e ações implementados na região, e, mais especificamente, junto ao grupo de agricultores familiares do município de Guamiranga.

Em seguida o diálogo prossegue sobre juventude e sucessão na agricultura familiar buscando-se estabelecer relações entre o viés teórico e o contexto da realidade pesquisada. Posteriormente apresentam-se os materiais e métodos implementados na pesquisa e, por conseguinte, os resultados e discussões.

Pretende-se, com esta pesquisa, contribuir com o desenvolvimento de conhecimentos sobre a sucessão na agricultura familiar desde a percepção dos

jovens no Território Centro-Sul do Paraná com um referencial teórico-metodológico interdisciplinar, sob o viés da pesquisa social, dialogando com o ponto chave da pesquisa e os estudos realizados pelos teóricos e seus elementos centrais de análise.

1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Buscou-se nesse trabalho contribuições para a compreensão do conceito de desenvolvimento, juventude rural e agricultura familiar, não fixando-se a uma vertente teórica e/ou ideológica, mas que viesse ao encontro dos termos mencionados e como eles se manifestam no contexto pesquisado. Contudo, segue abaixo um quadro identificando o respaldo teórico da dissertação, como orientador daquilo que se apresenta na pesquisa.

Quadro 1 - Tema, autores e elementos centrais de análise.

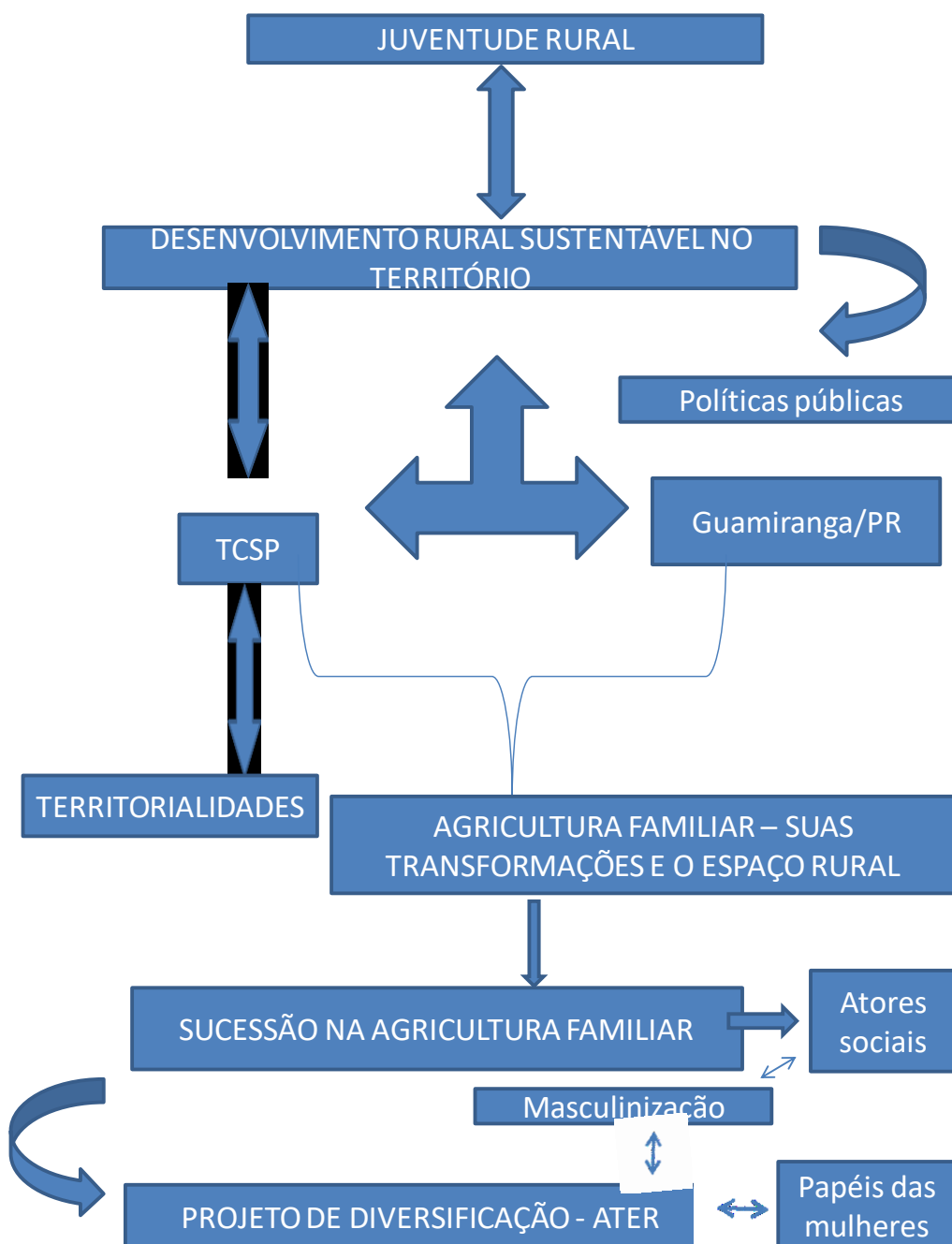
Tema	Autores	Elementos centrais de análise
Agricultura familiar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Alexander Chayanov 2. Hugues Lamarche 3. Karl Polaniy 4. Ricardo Abramovay 5. Sergio Schneider 6. José Eli da Veiga 7. José Graziano da Silva 8. Maria de Nazaré Wanderley 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Campesinato subordinado ao capitalismo 2. Tríade: Família – propriedade – trabalho 3. Capitalismo e campesinato podem se coexistir 4. Relações com o mercado: diferença entre Agricultura familiar e camponês – “metamorfose” (resistência) 5/6. pluriatividade 7. Novo rural 8. Modo de vida
Desenvolvimento	<ol style="list-style-type: none"> 1. Amartya Sem 2. Douglas North 3. Clério Plein 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Capacitações (capacidades) 2. “Enxergar” as relações de forma sistêmica – simetria 3. Desenvolvimento depende da trajetória histórica
Desenvolvimento Rural Sustentável	<ol style="list-style-type: none"> 1. Leonardo Boff 2. Enrique Leff 3. Ignacy Sachs 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ecoespiritualidade 2. Racionalidade ambiental 3. Desenvolvimento sustentável/ ecodesenvolvimento
Territorialidades/ território	<ol style="list-style-type: none"> 1. Marco Aurélio Saquet 2. Claude Raffestin 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Territorialidades

Juventudes rurais/Sucessão na Agricultura Familiar	1. Pierre Bourdieu 2. Severine Macedo 3. Elisa Guaraná de Castro 4. Maria J. Carneiro 5. Ricardo Abramovay 6. Valmir L. Strapasolas 7. Anita Brummer	1. Gerações; conceito de campo (milie) 2/3/4. Jovem rural como ator político 5. Sucessão; envelhecimento e masculinização no meio rural 6. Sucessão geracional; políticas públicas 7. Gênero
Redes e atores	1. Norman Long	1. Campo de batalha - Atores sociais (simetria)
Autonomia	1. Paulo Freire	1. Autonomia/Extensão rural

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Para a compreensão da dinâmica desta pesquisa exemplificam-se, através do organograma a seguir, os temas e elementos que guiam este trabalho.

Figura 1 – Elementos orientadores da dissertação.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Embora existam diferenças entre definições que delimitam o agricultor familiar, a seguir apresentam-se alguns aspectos conceituais e como ela se estrutura no Território Centro-Sul do Paraná.

O termo agricultura familiar no Brasil tem um leque conceitual que se identifica de diferentes maneiras devido à diversidade do país. As definições sobre

agricultura familiar apresentam especificidades no decorrer da história. Cada caso e cada contexto traz em suas raízes as tipificações que se conhecem, levando em consideração as bases teóricas que os caracterizam, assim como o conceito legal dos processos e as particularidades desses contextos.

A definição de agricultura familiar tem possibilidades de visões distintas e divergentes. Ela trata de um conceito genérico e sua conotação, enquanto propriedade, mão de obra, gestão e trabalho se caracteriza por uma diversidade de contextos específicos e particulares.

A agricultura familiar se fortaleceu enquanto categoria social no Brasil a partir da década de 1990, mediante a contribuição de teóricos, correlacionando os períodos da história, sua influência na agricultura brasileira e os impactos causados naquele dado momento sobre os agricultores familiares considerados como uma categoria social. Assim, de maneira clara, ocorreu a diferenciação entre a agricultura de grande porte e a agricultura familiar com os agricultores que possuem áreas menores de terra fazendo uso de mão-de-obra familiar e a produção de alimentos. Esta diferenciação foi difundida a partir da implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e da instituição da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006). Desta forma, considera-se que a agricultura familiar passa a ser reconhecida por ser responsável por 40% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional agropecuário, resultante de uma conquista do setor desde 1993 (GONZALES, IICA, S/D).

Entre as décadas de 1930 e 1970, com a formação do mercado interno e a economia voltada para dentro, a agricultura familiar foi marginalizada pelas políticas públicas e se manteve reproduzindo “às margens” do mercado em regiões de fronteira agrícola. Depois de 1967, com a “modernização conservadora” (modernizaram-se as técnicas, conservando a mesma estrutura agrária), a agricultura familiar passou a ser esquecida. Logo, instaurou-se entre as décadas de 1960 e 1970 a revolução verde, trazendo uma “modernidade avassaladora” e descomunal em termos de desenvolvimento, porém deixando de lado o cuidado e o zelo com o solo, depreciando-o a todo custo em prol de rendimento, maior produtividade e movimentação financeira. Assim os agricultores familiares ficaram a mercê do descaso de políticas públicas e do “progresso”, com dificuldade e até inviabilidade para permanecer na agricultura diante daquele cenário massacrante.

Somente a partir de meados da década de 1990 a especificidade da agricultura familiar passou a ser reconhecida pelo Estado brasileiro e instrumentos de políticas diferenciadas e especiais passaram a ser a ela destinados. Uma parcela menor da agricultura familiar se engajou e conseguiu um “espaço” no processo de industrialização da agricultura. Porém, muitos foram deixados de lado a partir da elaboração das políticas governamentais de estímulo e subsídios.

O “ser” agricultor familiar é resultado de uma construção política, social e identitária de lutas e entraves em seu *milie* (Bourdieu, 2005) em que vários atores, tanto no âmbito acadêmico como das organizações do Estado e representantes dos agricultores em seu “campo de batalha” se constituíram atores no fazer de sua história, exercendo sua identidade que por muitas vezes era descaracterizada por diversos fatores externos nos meios sociais e econômicos.

Ricardo Abramovay (1998) menciona que a configuração da agricultura dos países capitalistas ocorre mediante um aporte social e de organização do trabalho específica para o agricultor familiar como uma “empresa familiar”. Neste caso, é como se os agricultores passassem por uma metamorfose, da produção para o autosustento, e suas sobras são comercializadas (campesinato) para os sistemas produtivos, embora de cunho familiar, com prioridade para a geração de renda. Abramovay (2002) traz a ideia de que o agricultor moderno, que se integra ao mercado e racionaliza sua produção, pode ser considerado como um agricultor familiar, levando em consideração que o camponês, sinônimo de atraso, tende a desaparecer se transformando em agricultor familiar já “metamorfosado”.

Picolotto (2014), em seu artigo *Os atores na construção da agricultura familiar no Brasil*, apresenta a percepção de Lamarche sobre a agricultura familiar. Lamarche coordenou pesquisas em países muito diversos como França, Brasil, Canadá, Polônia e Tunísia. Segundo ele, a agricultura sob a lógica familiar tem um elemento unificador mediante cada contexto, mas o que a identifica é a gestão familiar do trabalho e da posse da terra, o agricultor tem em si a própria diversidade. A agricultura familiar, para Lamarche, está fundamentada na tríade: família – propriedade – trabalho.

Lamarche (1998), segundo Silva (1999), após uma pesquisa internacional – em um estudo comparativo em diferentes países para compreender a relação da agricultura familiar com a sociedade global, construiu quatro tipos ideais: o camponês, os produtores (empresa), os profissionais (empresa familiar) e os

modernizados (agricultura familiar moderna). Após esse estudo, o mesmo autor enfatiza o predomínio de dois modelos no Brasil: o camponês (agricultura camponesa de subsistência) e a agricultura familiar moderna. Nos dois casos há o predomínio da mão de obra familiar contratada e a busca pela segurança e estabilidade de acesso à terra. Lamarche analisa a lógica de produção, tanto do camponês como do agricultor familiar, sendo a heterogeneidade e a diversidade que os identificam e os firmam como agricultores.

Fazendo-se uma análise do perfil dos agricultores do Território Centro- Sul do Paraná, em especial, do município de Guamiranga, pode-se dizer que eles se encontram num cenário de agricultura familiar mais empresarial, inclusive competitiva e individualista. Pois, o trabalho com a agricultura fragiliza a coletividade e instiga a produção em escala maior, com uso de mais tecnologia, deixando de lado os saberes tradicionais e a produção de alimentos para o autoconsumo.

Segundo o DESER (2009), o Brasil ocupa o *ranking* de 2º maior produtor de tabaco do mundo e a região Sul do país é responsável por 94,5% da produção brasileira. No Paraná a atividade está mais concentrada nas regiões Centro-Sul, Sudoeste e região metropolitana de Curitiba.

Para Abramovay (2001, p. 01) “[...] a ruralidade é um conceito de natureza territorial e não setorial, não pode ser encarada como etapa do desempenho social a ser vencida pelo avanço do progresso e da urbanização”.

José Graziano da Silva (1997) afirma em seus estudos sobre o novo rural brasileiro que o campo não pode mais ser identificado com a agricultura e a pecuária (e nem as cidades apenas com a atividade industrial). Essa análise sobre a agricultura familiar que José Graziano da Silva, Ricardo Abramovay e José Eli da Veiga fazem aponta para a importância de se criar mecanismos e possibilidades para os jovens se sentirem parte desse contexto e com vontade de permanecer no meio rural. No entanto, que esse “ficar” seja por livre escolha e não por obrigatoriedade. O novo rural enfatiza a valorização do ser jovem rural e de sua vocação de transformar essa disposição em mecanismo de empreender e obter renda.

Veiga (1994) propõe três tipologias para a agricultura familiar com base na renda do estabelecimento agropecuário: agricultores periféricos, em transição e consolidados. O autor também estabelece um importante atributo à agricultura familiar: a não correlação direta entre a agricultura familiar e a pequena produção ou

a um determinado limite de área (os agricultores familiares consolidados não têm um limite de renda, apresentando diferentes níveis de capitalização). A reprodução mínima, garantindo apenas a subsistência da família ou ainda a renda familiar abaixo da linha de pobreza pode fazer parte da situação atual de um conjunto de famílias, mas não caracteriza a agricultura familiar como um todo. Veiga e Abramovay têm um olhar mais restrito em relação à agricultura familiar, uma visão mais empresarial do processo.

Segundo Chayanov (1974), citado por Bianchini (2010), a interdependência entre a família e a unidade produtiva denomina-se um sistema organizado - unidade indissolúvel de geração de renda e da própria aplicação da renda. Essa conjuntura ideológica e social entre agricultor familiar *versus* campesinato pode se coexistir na sociedade capitalista.

Para Pontes (2006), Chayanov compreende o trabalho do camponês como finalidade de satisfação sobre o trabalho, tendo como fim a satisfação de suas necessidades. Deste modo, a lógica da análise marginalista é inaplicável, já que, para o camponês, a noção de utilidade marginal decrescente do trabalho se confronta com a noção de satisfação de suas necessidades. Para Chayanov é possível falar de um modo de produção camponês ou de uma economia camponesa quando o campesinato se apropria, na íntegra, do produto da terra em que trabalha. Chayanov explica o problema da falta de acumulação de capital a partir de mecanismos específicos no funcionamento de sua economia.

Chayanov apresenta os fatores de produção (terra, capital e trabalho) de uma empresa agrícola e a lógica de maximização do lucro pelo empresário em função da otimização e da racionalidade empresarial. Diferentemente, a força de trabalho no campesinato, sendo um componente fixo na composição da produção, é definida pelo tamanho da família. O autor conclui mostrando, principalmente através de tabelas, que a força de trabalho numa unidade familiar de produção é definida pelo tamanho da família. Esta, por sua vez, determina o tamanho da atividade familiar, o nível geral da intensidade do trabalho e o grau de satisfação das necessidades para as condições específicas de um determinado mercado e dos demais fatores de produção disponíveis (terra e capital), além do próprio consumo da família.

Chayanov traz três elementos básicos da microeconomia e sobre o comportamento camponês: o balanço entre produção e consumo, a renda familiar em sua totalidade/indivisível e a autoexploração da força do trabalho. Para o balanço

entre a produção e o consumo, não é o mercado o fator determinante, mas sim, as necessidades de consumo. Em relação ao todo indivisível, Wanderley afirma:

É com este rendimento indivisível que o produtor deverá prover ao mesmo tempo, a empresa familiar – dos recursos produtivos que necessita – e a própria família – do fundo de consumo necessário à sua manutenção. Muito frequentemente, a dimensão reduzida desses rendimentos, associada à vinculação entre capital e trabalho na unidade familiar, acima indicada leva o produtor a fazer opções e a definir estratégias, cuja lógica de Chayanov desenvolveu em suas pesquisas. (WANDERLEY, 2009, p. 139).

A relação com o trabalho (mão de obra familiar), a gestão e o planejamento deste ambiente são as características principais da organização da agricultura familiar proposta por Chayanov. E no que condiz à exploração da força de trabalho, Wanderley afirma que:

Estes princípios derivam do fato de que, ao contrário da empresa capitalista, propriamente dita, a empresa familiar não se organiza sobre a base da extração e apropriação do trabalho alheio, da mais valia. A fonte de trabalho que aciona o capital envolvido no seu processo de produção é o próprio proprietário dos meios de produção. (WANDERLEY, 2009, p. 138).

De acordo com Redin (2010), Chayanov traz à tona a lógica interna camponesa e depois induz à lógica de mercado. Diante disso pode-se dizer que a teoria marxista está mais próxima do caso brasileiro, uma vez que, para o agricultor familiar, assim como para o grande produtor, as informações que davam conta desse processo de expansão do capitalismo no campo, acentuado a partir de meados da década de 1960 foram veiculadas pelos grandes meios de comunicação, por programas governamentais de modernização e de desenvolvimento rural. Igualmente, pelo corpo a corpo da Assistência Técnica Rural e pelo acesso massivo dos produtores rurais ao crédito, simultaneamente com as ações concretas das grandes empresas capitalistas nacionais e estrangeiras, das políticas públicas a elas favoráveis e dos programas governamentais que foram convertendo a agricultura num setor de simples oferta de matérias-primas a partir dos interesses industriais. Essa conversão já havia sido prevista por Karl Marx em sua leitura de mundo quando afirmava a tendência da agricultura se transformar num setor da indústria.

No debate brasileiro sobre agricultura familiar, Moreira (1999) relata que existem diferentes formas de organização de trabalho familiar e de produção na agricultura. Estes são constantemente recriadas pela influência do capital que tende

a desvalorizar a força de trabalho, tornando a pequena produção inviável em questão de escala, até porque em geral não se apropriam do excedente.

Segundo Moreira (1999), um indicador destas condições mutantes é o montante mínimo de capital que se torna necessário para que um possuidor de mercadoria possa ser capitalista. No caso da agricultura, o montante mínimo de capital para funcionar como uma pequena empresa, inclui o acesso aos meios de produção, à terra, seja por compra ou arrendamento, e à força de trabalho, incluindo seus respectivos custos sociais. Do ponto de vista técnico, estes processos são visualizados como situações de ineficiência e de atraso tecnológico. Manter-se competitivo no processo de acumulação significa mudar as condições técnicas de produção e acompanhar a elevação deste montante mínimo.

Considerando similaridades com a mesma combinação de gestão e trabalho feita por membros da família (agricultor familiar), dependendo dos recursos técnicos utilizados e da integração ao mercado, pode-se dizer que toda a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa; ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês.

Essa perspectiva é criticada por teóricos e movimentos sociais, já que, segundo eles, a questão para o camponês seria: ou ele se transforma em agricultor familiar e se integra ao mercado ou se mantém como ele mesmo e desaparece. Não haveria, assim, a possibilidade desse ator continuar sendo camponês e de lutar para transformar o modo de produção capitalista. Desta forma, para esses movimentos sociais, a opção pelo conceito de agricultura familiar representaria um ato na direção de convencer os camponeses que a luta deles não têm futuro.

A visão sobre desenvolvimento relacionado à juventude rural é o que concerne à emancipação individual e a participação efetiva para uma sociedade melhor. Utiliza-se o termo desenvolvimento para denotar processos que compõem as interações entre sociedades, atores e organização social em suas vertentes regionais e territoriais e também em relação ao ambiente e seus recursos naturais e o desenvolvimento endógeno que geram o desenvolvimento econômico e o bem-estar coletivo. O tema desenvolvimento é um tema complexo e amplo, abordado de diferentes formas e vertentes pelos autores. Até os dias de hoje o desenvolvimento é confundido com crescimento econômico, o que é claramente apresentado pelos dicionários de economia. Segundo Sandroni (1999), em *O Novíssimo Dicionário de Economia* aparecem vários significados para desenvolvimento (econômico,

autônomo e sustentável, etc.), mas o que evidencia é o que está correlacionado ao desenvolvimento econômico:

A guinada para o desenvolvimento, ocorrida a partir da Segunda Guerra Mundial, foi quase sempre precedida por mudanças políticas profundas (especialmente a conquista da independência política e a formação de governos que colocavam o desenvolvimento nacional como objetivo principal); a partir daí fortaleceu-se a ideia de “desenvolvimento”, um processo de transformação estrutural com o objetivo de superar o atraso histórico em que se encontravam esses países e alcançar, no prazo mais curto possível, o nível de bem-estar dos países considerados “desenvolvidos”. O desenvolvimento de cada país depende de suas características próprias (situação geográfica, passado histórico, extensão territorial, população, cultura e recursos naturais). De maneira geral, contudo, as mudanças que caracterizam o desenvolvimento econômico consistem no aumento da atividade industrial em comparação com a atividade agrícola, migração da mão-de-obra do campo para as cidades, redução das importações de produtos industrializados e das exportações de produtos primários e menor dependência de auxílio externo. (SANDRONI, 1999, p.169).

Na abordagem das capacitações, que lhe rendeu o um prêmio Nobel, Amartya Sen menciona que, “[...] a origem da economia foi significativamente motivada pela necessidade de estudar a avaliação das oportunidades que as pessoas têm para levar uma vida boa e as influências causais sobre essas oportunidades” (SEN, 2000, p. 40). Esses atributos podem ser evidenciados nos indicadores de desenvolvimento, como por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que possui como indicadores educação, longevidade e PIB per capita. No entanto, essas percepções sobre desenvolvimento são evidenciadas através da vivência, da subjetividade dos atores sociais envolvidos neste processo e das redes construídas, reconstruídas e reelaboradas nas territorialidades. Para Sandroni:

A Organização das Nações Unidas usa os seguintes indicadores para classificar os países segundo o grau de desenvolvimento: índice de mortalidade infantil, expectativa de vida média, grau de dependência econômica externa, nível de industrialização, potencial científico e tecnológico, grau de alfabetização, instrução e condições sanitárias. Entre os muitos obstáculos ao desenvolvimento, estão: 1) a dificuldade de toda a população integrar-se na economia nacional (entre outros fatores, por inexistência de um sistema de transporte eficiente que interligue, de fato, as regiões do país); 2) o isolamento social, cultural ou econômico, representado por barreiras linguísticas e religiosas entre diferentes setores da população e por subsistemas econômicos alienados do conjunto da economia nacional (empresas estrangeiras, latifúndios etc.); 3) a dificuldade de encaminhamento do excedente potencial da economia para os setores prioritários (indústria de base, transporte, energia etc.), de cujo crescimento depende todo o processo; 4) o desperdício de recursos (sob a forma de

exportação de capitais, consumo supérfluo, gastos militares excessivos, especulação financeira) que, investidos, poderiam reproduzir-se e ampliar. A chamada “escassez de capital”, típica dos países não desenvolvidos, surge algumas vezes sob a forma de carência de divisas para importar bens e serviços essenciais ao desenvolvimento: é o chamado “estrangulamento externo” da economia. (SANDRONI, 1999, p. 169).

Na década de 1950 a economia de desenvolvimento era balizada pelo crescimento da renda per capita, associado ao crescimento econômico. Amartya Sen trouxe à tona que o desenvolvimento está relacionado à qualidade de vida, sendo que, as condições econômicas são importantes, mas a conexão entre o bem-estar social, político, econômico e ambiental, são indicadores de um desenvolvimento pleno.

Polanyi, em seu artigo *A nossa obsoleta mentalidade mercantil* (1978), aborda sobre o desenvolvimento como um processo instituído, o qual possui um duplo movimento – um que contrapõe a tendência à mercantilização e à autorregulação do capitalismo. Para ele, a construção social dos mercados se dá pelas relações sociais e não somente pela relação econômica.

A inexistência de oportunidades de acesso a condições mínimas à dignidade humana para seu desenvolvimento pleno requer que haja a promoção de tais condições e a estruturação de mecanismos locais e regionais para ações efetivas com participações coletivas, sociais e/ou políticas, segmentando o sentimento de pertença enquanto ator social e estimulando a capacidade de desenvolvimento humano pleno para que o coletivo instigue e promova processos de mudança.

O desenvolvimento é o elemento que promove a liberdade como “meio” e não como “fim em si mesma”. Sen (2000, p. 71), afirma que “[...] a expansão da liberdade humana é tanto o principal fim, como o principal meio de desenvolvimento. O objetivo do desenvolvimento relaciona-se à avaliação das liberdades reais desfrutadas pelas pessoas”.

A agricultura familiar e suas diferentes interpretações deveria superar o dualismo clássico entre fazendeiros x camponeses, compreender as contradições e suas interfaces e comungar de um cenário infelizmente real do capitalismo que dominou a consciência e as atitudes das pessoas. Há uma tríade hoje como uma certa diferenciação entre agricultores: o agricultor capitalista, o agricultor empresarial e o agricultor camponês. Embora esse seja um cenário real, a agricultura familiar (sendo ela responsável por 70% da produção de alimentos do país) comunga com

um desenvolvimento rural mais sustentável e solidário, através da conscientização e da prática de produção de alimentos mais saudáveis, da construção de mercados justos e da geração de empregos e renda com qualidade de vida.

O desenvolvimento humano pleno abrange as dimensões econômica, política, humana e social que promovam esse processo mencionado. Essas dimensões orientam conceitos éticos para que os agentes de mudança sejam capazes de induzir a constituição de habilidades e competências que promovam o desenvolvimento.

Agricultura familiar não é propriamente um termo novo, mas seu uso recente. Com ampla penetração nos meios acadêmicos e nos movimentos sociais, adquire novas significações, com uma análise mais sistêmica. Há um certo reconhecimento dessa categoria quando o poder público implanta uma política federal voltada para este segmento, o PRONAF, oportunizando acesso à crédito e políticas públicas mais democráticas, considerando os agricultores familiares uma categoria profissional com identidade política, social e econômica. Isso se fortaleceu com criação da Lei nº 11.326/2006, que define oficialmente o termo agricultura familiar, sendo a primeira a fixar diretrizes para o setor (BRASIL, 2006). A opção adotada para delimitar este público foi o uso “operacional” do conceito, centrado na caracterização geral de um grupo social bastante heterogêneo.

Embora o termo agricultura familiar tenha diferentes olhares, seja pelos pesquisadores, pelos movimentos sociais e/ou órgãos governamentais, para operacionalizar o conceito de agricultura familiar, de acordo com a Lei nº 11.326/2006, o Governo Federal estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006), onde se define agricultura familiar, como: área inferior a 4 módulos fiscais; predomínio de mão de obra e gestão pela família; residência no estabelecimento que obtém a renda familiar. O limite de renda é estabelecido pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD).

Segundo o Censo Agropecuário (2006), no Brasil há 4,3 milhões de propriedades de agricultores familiares, totalizando 84,4% dos estabelecimentos rurais brasileiros. Na região Sul há 849.997 mil propriedades de agricultores familiares, em conformidade com a conceituação da Lei nº 11.326/2006, sendo que 302.907 dessas propriedades encontram-se no Paraná.

1.1 Desenvolvimento rural sustentável e territórios

1.1.1 Desenvolvimento Rural Sustentável

O processo de desenvolvimento é a integração entre as questões econômicas, ambientais e de participações sociais e políticas, evidenciadas a partir da década de 1990, como um avanço para as reflexões e diálogos sobre a sustentabilidade. Desenvolvimento é um fenômeno de natureza social, “[...] é um processo de alteração cognitivo, normativo e ontológico”. (SCHNEIDER, 2011, p. 16).

1.1.2 Territorialidades

A territorialidade é a condição social para o aprimoramento da racionalidade, memória, cultura, reflexão, opinião, bom senso, autonomia, ou seja, propicia em sua organização estrutural e política condições para que a sociedade exerça a coletividade e sua humanidade – conflitualidade entre atores sociais em seus diferentes interesses, algo que se estabelece em sua trajetória (ações, atitudes) para que se possa enfrentar a vivência. Para Saquet (2015) a sociedade/espaço/tempo/natureza/território são indissociáveis. É ter a capacidade de discernir, avaliar e realmente objetivar o que é relevante para a vida enquanto projeto teleológico. Segundo o autor:

Entendemos a territorialidade em quatro níveis correlatos: a) como relações sociais, identidades, diferenças, redes, malhas, nós, desigualdades e conflitualidades; b) como apropriações do espaço geográfico, concreta e simbolicamente, implicando dominações e delimitações precisas ou não; c) como comportamentos, objetivos, metas, desejos e necessidades e, por fim, d) como práticas espaço-temporais, pluridimensionais, efetivadas nas relações sociedade-natureza, ou seja, relações sociais dos homens entre si (de poder) e com a natureza exterior por meio dos mediadores materiais (técnicas, tecnologias, instrumentos, máquinas...) e imateriais (conhecimentos, saberes, ideologias...). A territorialidade é processual e relacional ao mesmo tempo. (SAQUET, 2015, p. 107-108).

Os conflitos são geradores de desenvolvimento. O desenvolvimento territorial requer um conjunto de variáveis e a territorialidade é resultado desses conflitos. No decorrer desta pesquisa apresentam-se as marcas do enfraquecimento das tramas organizacionais no que concerne à juventude rural do Território Centro-Sul do Paraná e os dramas que norteiam essa realidade.

Uma das lutas consideradas de suma importância é o fortalecimento do tecido sócio-organizativo da juventude rural e a carência de participação dos mesmos nos espaços de representatividade e nas instâncias de tomada de decisões do Território Centro-Sul do Paraná. O tecido sócio-organizativo e/ou tecido social ou capital social é considerado o principal elemento de agregação de todos os esforços para a promoção do desenvolvimento rural. Os capitais financeiro, ambiental, físico e humano têm sido maximizados por ele. A participação dos jovens e de agricultores nos rumos do desenvolvimento do Território Centro-Sul do Paraná é limitada e, salvo experiências pontuais, vem afetando o funcionamento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e Sustentável (CMDRS) e do Conselho Gestor do Território, incluindo suas câmaras técnicas, sendo que nos últimos tempos não há reuniões dessas câmaras.

Em todos os municípios há formação de Conselhos Municipais que contribuem de uma maneira ou de outra na aplicação de recursos federais, como patrulhas agrícolas mecanizadas, projetos coletivos através de recursos via o Programa de Infraestrutura (PROINF) apoiado pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, hoje Secretaria Especial de Agricultura Familiar ou até mesmo pelo Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial (PRORURAL), mantido pelo governo do Estado do Paraná. Entretanto, estes conselhos municipais estão atrelados às prefeituras e desenvolvem ações de acordo com a administração, ora de um partido, ora de outro e assim os empreendimentos sofrem pela descontinuidade político-partidária e por conta de uma organização ainda frágil da sociedade, apesar da existência dos próprios conselhos locais.

Segundo o acervo digital do CEDEJOR, referente aos relatórios internos de atividades realizadas com juventude no território em parceria com atores que realizam trabalhos com jovens, a juventude rural do Território Centro-Sul do Paraná manifestou seus anseios em diversos momentos em que lhe foi dada a oportunidade. As primeiras demandas da juventude do território vieram ainda durante o Seminário de Elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, em agosto de 2007, quando uma das ações do documento foi a promoção de um encontro territorial de juventude e a organização de ações exclusivas para a juventude. Em outubro do mesmo ano, no Centro de Formação de Agentes para o Desenvolvimento e a Construção da Cidadania, situado em Guamiranga, foi realizado o 1º Seminário de Juventude e Desenvolvimento

Territorial. Neste evento, promovido pelo Conselho Gestor do Território, demandas mais específicas foram apontadas pela juventude da região, desde a autonomia junto à própria família, autonomia na comunidade, lazer, tecnologia e até sua permanência no meio rural e a geração de renda.

A forma indicada pelos jovens participantes foi a do diálogo das questões juvenis pelos próprios jovens, iniciando no âmbito da comunidade, do município, evoluindo para o território. Portanto, com intermédio e articulação do CEDEJOR foram realizados Seminários Territoriais de Juventude devidamente articulados em redes juntamente com entidades do Território Centro-Sul do Paraná até o ano de 2012. Depois que a instituição fragilizou-se, essa rede articuladora também fragilizou-se, não havendo espaços para a juventude dialogar de forma incisiva, participativa, democrática e expansiva no Território Centro-Sul do Paraná.

O CEDEJOR, como Agência de Desenvolvimento Rural, tinha como premissa acreditar e investir no potencial do jovem como empreendedor, liderança e acreditar no poder da cooperação desses jovens para o fortalecimento e sustentabilidade da economia e da governança local. O CEDEJOR, embora fragilizado, realizou suas últimas atividades diretamente com juventude em 2015. Cabe uma ressalva em relação ao CEDEJOR, devido à sua importância enquanto organização não governamental no trabalho com jovens no Território Centro-Sul do Paraná.

A formação oferecida pelo CEDEJOR no Território Centro-Sul do Paraná resultou na formação de Agentes de Desenvolvimento Rural (ADRs), jovens estes que protagonizaram mais fortemente esse Território enquanto havia amparo da Instituição, protagonismo este não percebido nas instâncias de decisões territoriais que foi fragilizado por vários elementos. Essa fragilidade político-territorial está atrelada ao atual cenário político geral, sem apoio e incentivo para políticas de desenvolvimento territorial.

A fragilidade das políticas públicas e, conseqüentemente, o enfraquecimento das entidades não governamentais em relação à articulação em busca de recursos financeiros para desenvolverem seus trabalhos voltados à juventude rural esfria as relações institucionais nesse território, bem como as relações entre entidades e as juventudes, desmotivando esses atores. Essa fragilidade política e de articulação foi confirmada com o fim da política de desenvolvimento territorial.

Tanto as entidades governamentais como as não governamentais necessitam de uma reinvenção e reestruturação da educação do campo, com a

desburocratização das políticas públicas voltadas para jovens rurais e suas famílias, bem como de espaços de participação política. Devido a esse retrocesso nos últimos anos emanou-se um ambiente não acolhedor à permanência do jovem no meio rural.

A invisibilidade e a evasão dos jovens para as cidades colocam em risco a sustentabilidade do espaço rural, considerando-se que sua sustentabilidade é a soma de “diversas sustentabilidades”: cultural, política, econômica, ambiental, social e geracional – que é a garantia de que outras gerações também permaneçam no meio rural.

Para permanecer no meio rural e fortalecer o desenvolvimento a juventude precisa de condições favoráveis. Estas passam pela autonomia nos espaços de tomada de decisão, de planejamento estratégico, por atividades que alterem o *status quo* de meros coadjuvantes dos acontecimentos para atores sociais imersos em nas transformações que suas realidades necessitam – instituindo, assim, um valioso capital social.

É de suma importância para o jovem rural o reconhecimento da família e de sua comunidade sobre suas capacidades e, sobretudo, de suas habilidades, competências e talentos. Para tal intento, o jovem precisa adquirir novos conhecimentos, criar ambientes e espaços próprios de diálogo de questões pertinentes aos seus interesses (o Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná deveria priorizar tal intento) e preparar-se para defendê-las na dinâmica territorial difundindo a democracia exercida pela territorialidade.

O Projeto de ATER Diversificação das áreas cultivadas com o tabaco, executado entre 2014 e 2017 segue executando ações no seu pós contrato em 2018 e tem como compromisso reestabelecer diálogos através da intersetorialidade e de um trabalho incisivo referente à diversificação nesse Território junto aos agricultores familiares, com um olhar mais atento aos jovens e às mulheres. O trabalho implementado é para que o desenvolvimento rural sustentável esteja atrelado à inclusão social, sendo incisivo para que a permanência dos jovens no meio rural seja uma opção e não uma obrigação. Também se pretende que os jovens percebam que o meio rural é um espaço de oportunidades e a diversificação das propriedades é um dos caminhos a serem percorridos para a produção mais saudável de alimentos, comercialização e autoconsumo, segurança alimentar e nutricional, participação social, qualidade de vida, protagonismo juvenil, autonomia e felicidade.

Para ampliar a compreensão sobre territorialidade e possibilitar um “olhar” mais atento e crítico sobre essa construção social é importante captar a presença de uma pluralidade de dimensões que estão presentes na realidade (econômica, social, política, cultural), fortalecendo as tramas dessas redes que se reelaboram com seus dramas. Para isso é de fundamental importância observar o contexto macro e micro em que os atores sociais estão inseridos. Saquet define territorialidade:

Uso que envolve, necessariamente, conflitualidades, ritmos, apropriações, domínios, identidades, diferenças, redes, necessidades além da práxis cotidiana de cada relação espaço-tempo-território. Assim, a territorialidade, para nós, assume também o caráter de mobilização, organização e luta política em favor de um desenvolvimento mais equitativo, numa “espécie de quinto” nível de efetivação no real e mediação-condicionante da cooperação para o desenvolvimento, conforme já demos a conhecer. (SAQUET, 2015, p. 108).

Para Abramovay (2001, p. 01):

A ideia central é que o Território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma Organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais, dos custos de transportes e de comunicações. Um Território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico.

Embora os indivíduos que fazem parte desse espaço não estejam no mesmo ambiente, seja em sua propriedade, comunidade, município ou região, o contexto macro torna os atores sociais, mesmo que indiretamente, estreitamente vinculados à complexidade para se compreender a territorialidade. Neste sentido, a territorialidade não pode se restringir ao aspecto micro de sociedade e de suas inter-relações, mas implica uma visão sistêmica, objetiva e complexa.

1.2 O desenvolvimento rural sustentável no território centro-sul do paraná

A dinâmica como se consolida o Território e as relaces nele constituídas sob a dimensão sustentável fragiliza ou fortalece a agricultura familiar e, conseqüentemente, a juventude rural. A concepco de desenvolvimento qualifica-se e articula-se de forma que permita apreender a multidimensionalidade mediante o sentimento de pertenca a esse contexto, apropriando-se como atores pertencentes a uma rede de interdependência na qual os atores incorporam em si o

desenvolvimento rural como sustentável, com o compromisso de respeitar ao meio ambiente e promover a justiça social. O Território deve ser um propulsor para que os jovens assumam papéis de liderança, tenham voz e, principalmente, sejam vistos e ouvidos.

O desenvolvimento sustentável numa perspectiva multidimensional, mediante várias premissas sobre desenvolvimento é abordado por Sachs (2009), que traz importantes critérios para se alcançar a sustentabilidade para a reconstrução da sociedade atual, arraigada na complexidade e no caos que fragiliza a sustentabilidade. O autor traz à tona as seguintes dimensões valorativas para o desenvolvimento sustentável: social, cultural, ecológica/ambiental, territorial, econômica e política. Essas dimensões se correlacionam pela sua multifuncionalidade e sinergia que fortalece as tramas para o desenvolvimento rural sustentável, justo e igualitário.

De acordo com o DESER (2013), no que tange às questões ambientais, o Território Centro-Sul possui 95.857,06 ha que já foram transformados em diferentes tipos de Unidades de Conservação, como a Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Esperança, Áreas de Usos Regulamentado para a Preservação dos Faxinais (ARESUR), que abrangem 8.535,32 ha, correspondendo a 8,8% do total da área das Unidades de Conservação do Território, além da Floresta Nacional de Irati (FLONA).

Para Boff (2008, p. 17), “[...] a degradação crescente de nossa casa comum, a Terra, denuncia nossa crise de adolescência. Importa que entremos na idade madura e mostremos sinais de sabedoria. Sem isso não garantiremos um futuro promissor”.

O Projeto de diversificação com um olhar para a sensibilização da prática agroecológica, envolvendo a juventude e suas famílias com a práxis e princípios da sustentabilidade e o desenvolvimento rural sustentável, é um saber que adentra uma sociedade arraigada pela revolução verde e os pacotes tecnológicos, rompe lentamente barreiras e dialoga com o processo de sensibilização e de libertação de mentes escravizadas por um processo que rompe a ligação homem x meio, homem x essência e busca seu renascimento e sua autonomia. Segundo Boff (2008, p. 18) “O sintoma mais doloroso, já constatado há décadas por sérios analistas e pensadores contemporâneos, é um difuso mal-estar da civilização. Aparece sob o

fenômeno do descuido, do descaso e do abandono, numa palavra de falta de cuidado”.

A prática Extensionista busca aproximar os princípios da sustentabilidade com as dimensões sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais como pilares fortalecedores do estreitamento nas relações. Estes são indissociáveis da espiritualidade e da divindade. Para Leff (2009, p. 18), “[...] o saber ambiental reafirma o ser no tempo e o conhecer na história; estabelece-se em novas identidades e territórios de vida; reconhece o poder do saber e da vontade de poder como um querer saber”.

O papel do Extensionista é exercer e propiciar aos jovens e suas famílias uma visão plena, holística, totalizadora para o exercício da sustentabilidade com a primazia de ações diretivas em suas Unidades de produção e de vida, buscando como resultado a autonomia, o conhecimento, a plenitude dos envolvidos no processo dialógico de uma ATER inovadora, crítica, reflexiva, comprometida, emancipadora, democrática e humanista.

1.2.1 Abrangência e principais características

O Território Centro-Sul do Paraná foi reconhecido oficialmente pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CEDRAF) em 2005. Segundo o Censo Demográfico (IBGE, 2006), a Região Sudeste do Paraná possui 282 mil habitantes, dos quais 43,8% vivem no campo. Ou seja, trata-se de uma região com fortes características rurais. Irati é o município mais urbanizado com uma taxa de 80% de urbanização e 56,2 habitantes por km². São Mateus do Sul e Imbituva, com 63% da população vivendo na área urbana, em função do processo de industrialização, são também municípios bastante urbanizados. Para Strapasolas, (S/D, p. 03), “[...] o mundo rural é um universo que interage nas diversas dimensões com o conjunto da sociedade brasileira e mantém relações que se estabelecem no cenário global”. No entanto, mesmo nestes municípios é significativa a quantidade da população rural, sendo sempre maior que 10 mil habitantes. Os demais municípios são todos essencialmente rurais, sendo a maioria tem bem mais da metade da população no espaço rural. Mas, Palmeira que tem 40% da população no campo, também pode ser caracterizada como essencialmente rural.

Tabela 1 - População total rural, densidade demográfica e estabelecimentos rurais da região Sudeste do Paraná

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO 2010				Estabelecimentos 2006			Área Total (ha) 2006		
	TOTAL	Hab/km ²	RURAL	%	TOTAL	Agric. Fam.	% AF	TOTAL	Agric. Fam.	% AF
Guamiranga	7.900	30,4	5.664	71,7	1.145	1.053	92,0	16.729	9.582	57,3
Imbituva	28.455	37,6	10.567	37,1	2.100	1.841	87,7	52.474	19.223	36,6
Ipiranga	14.150	15,3	9.261	65,4	1.656	1.483	89,6	59.952	16.847	28,1
Irati	56.207	56,2	11.275	20,1	2.991	2.587	86,5	71.035	39.292	55,3
Ivaí	12.815	21,1	8.186	63,9	1.853	1.641	88,6	45.359	25.407	56,0
Mallet	12.973	17,9	5.403	41,6	1.496	1.267	84,7	48.592	23.101	47,5
Prudentópolis	48.792	21,1	26.329	54,0	7.810	6.980	89,4	150.816	90.046	59,7
Rio Azul	14.093	22,4	9.081	64,4	1.903	1.787	93,9	34.847	23.931	68,7
São João do Triunfo	13.704	19,0	9.656	70,5	1.977	1.857	93,9	35.778	15.877	44,4
São Mateus do Sul	41.257	30,7	15.551	37,7	3.169	2.750	86,8	79.733	28.457	35,7
Palmeira	32.123	22,0	12.748	39,7	2.364	1.910	80,8	110.602	26.905	24,3
TOTAL	282.469	26,3	123.721	43,8	28.464	25.156	88,4	705.917	318.668	45,1

Fonte: ICAF, 2013.

No Território Centro-Sul do Paraná a maior parte das ocupações econômicas, 53% encontram-se ligadas ao setor agropecuário, sendo superiores aos níveis do Estado. Dos agrupamentos agroindustriais do Paraná, o Território não possui expressividade em nenhum deles, em contrapartida, é um dos maiores produtores de fumo e erva-mate do Estado (IPARDES, 2005). De acordo com resultados preliminares do Censo Agropecuário 2017, o Sul do Brasil lidera o *ranking* em produção de fumo/folha seca, sendo o Paraná o 3º maior produtor do país (IBGE, 2017).

No contexto do tabaco, nos últimos anos as medidas de diversificação produtiva ganharam força a partir da ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), que nos artigos 17 e 18 determina que os países promovam alternativas de produção, que sejam economicamente viáveis e ambientalmente sustentáveis aos produtores de fumo. De acordo com Silva (2014), “[...] a CQCT é um tratado internacional de saúde pública que congrega um conjunto de medidas baseadas em evidências de caráter multisetorial nacional e de cooperação internacional para reduzir a epidemia de tabagismo e suas consequências no mundo”.

Com esse objetivo, em 2005 o Governo Federal lançou o Programa Nacional de Diversificação das Áreas Cultivadas com o Tabaco (PNDACT), que desenvolve ações nas regiões produtoras de fumo. De acordo com Silva:

Seus princípios estão associados a uma visão sistêmica das propriedades, em ações que: fortaleçam o desenvolvimento sustentável; ampliem a segurança alimentar das famílias; adotem sistemas diversificados de produção; e mobilizem a participação efetiva das famílias, jovens e mulheres nos processos de planejamento, produção, agregação de valor e comercialização de seus produtos, construindo parcerias institucionais e comunitárias para ampliar a qualidade de vida nas propriedades, comunidades e regiões. (SILVA, 2014).

O tabaco é um caso emblemático, é um setor produtivo/econômico importante e, ao mesmo tempo, um propagador de inúmeros problemas de saúde, tanto do trabalhador como para seus consumidores. Segundo a CQTC/OMS (p. 05, S/D):

A Convenção-Quadro da Organização Mundial da Saúde para o Controle do tabaco (CQTC/OMS) dedica diversas medidas baseadas em dados de caráter multisetorial que visam a reduzir o consumo de tabaco e a exposição à sua fumaça (fumo passivo). Ao mesmo tempo, também reconhece a necessidade de promover alternativas economicamente viáveis à produção do tabaco como forma de prevenir possíveis impactos sociais e econômicos adversos sobre as populações cujos meios de vida dependam do cultivo do tabaco.

Neste contexto, na região Sudeste do Paraná o Projeto Diversificação das Áreas Cultivadas com o Tabaco - lote 13 foi implementado do fim de 2014 a dezembro de 2017 em 14 municípios, constituindo-se em cenário de análise desta pesquisa, estreitando-se sua execução e aplicabilidade ao município de Guamiranga-PR.

1.3 Juventude e sucessão rural

1.3.1 Juventudes e sucessão na Agricultura Familiar

O diálogo sobre juventudes e a sucessão na agricultura familiar perpassa pela apreensão dos padrões históricos de estruturação da herança das terras, de transmissão do patrimônio e de sucessão dos pais à frente da gestão da Unidade Familiar. Esses padrões são a base para a compreensão das hierarquias historicamente estabelecidas, das desigualdades de gênero socialmente reproduzidas e dos tipos de pertencimento que os jovens constroem em relação às Unidades Familiares de Produção pela construção de identidades a partir da influência dos padrões de transmissão do patrimônio vigentes. Segundo Carneiro (2001), partindo das realidades dos jovens e de suas famílias, o tema da sucessão é apreendido pelas diferenciações hierárquicas que são estabelecidas entre gênero

e gerações, implicando a elaboração de diferentes projetos de vida entre os jovens rurais, alguns referidos à permanência na Unidade Familiar, outros direcionados a oportunidades que podem surgir com a migração. Os processos sucessórios devem ser apreendidos em sua potencialidade para oferecer aos jovens opções de pertencimento e de construção de projetos de vida a partir da Unidade Familiar e de sua inserção territorial.

A oportunidade da sucessão ou transferência de patrimônio está intimamente relacionada aos projetos de vida dos jovens. Estes projetos podem estar vinculados com a agricultura, com a Unidade Familiar ou fora dela, mas devem ser apreendidos como possibilidade de pertencimento e de continuidade de vínculo dos jovens à agricultura familiar. Uma questão extremamente importante e necessária é oportunizar aos jovens rurais esclarecimentos sobre programas de políticas públicas, oportunidades privadas, crédito e possibilidades de educação continuada para seu aprimoramento.

Para o fortalecimento da agricultura familiar há alguns gargalos que desafiam técnicos de ATER e a capacidade de pensar estratégias de lutar contra o sistema avassalador do agronegócio e as ideologias estáticas, estagnadas com a condição atual de vida.

Onde se fortalecem jovens e mulheres também se fortalece a agricultura familiar. A diversificação e seus novos projetos são possibilidades reais para mudanças de vida. De acordo com dados da ATER (famílias envolvidas) no Sul do Brasil, está havendo um movimento reverso, embora de maneira tímida, o retorno de jovens à propriedade. Em 11% das famílias houve saída de jovens, sendo 57% mulheres. Em 6% das famílias houve retorno dos jovens para morar com a família (44% mulheres).

O jovem rural já carregou o fardo do estigma de “atrasado”, sem perspectiva, atomizado, de isolamento. Hoje o jovem rural traz em seu contexto as singularidades de igualdade, não o diferenciando de urbano e rural. A igualdade desejada pela juventude não é pelo fato de ser ou não rural, mas sim devido às oportunidades que lhe são privadas por falta de autonomia e credibilidade por parte da família, da sociedade e do Estado.

Em contraponto ao que anteriormente se expôs, alguns pesquisadores teorizam que houve uma considerável desaceleração no êxodo rural. Dentre eles pode-se apresentar Abramovay:

Contrariamente à crença arraigada que encara o esvaziamento do meio rural como o corolário associado ao próprio conceito de desenvolvimento, mais de um quarto da população economicamente ativa nos países desenvolvidos residem em áreas rurais. E desde meados dos anos 80. A população rural é a que mais cresce em diversos países do Hemisfério Norte, a começar pelos EUA. No caso brasileiro, a década de 90, registra um fenômeno inédito na história do país: o ritmo do êxodo rural desacelerase de maneira nítida e, ao final dos anos 90, já se registraram tanto a migração de retorno em direção a pequenos municípios, como o crescimento da população rural em diversas regiões do país. (ABRAMOVAY, 2001, p. 03).

O Território Centro-Sul do Paraná mantém ao longo dos últimos tempos sua principal característica que é a predominância da agricultura familiar. Entretanto, assumiu a sua corresponsabilidade no desenvolvimento local ao promover ações integradas orientadas pelo Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, coordenado pelo Conselho Gestor do Território.

O IDH dos municípios produtores de tabaco da região Sudeste do Estado encontra-se abaixo (Tabela 2), comparado com o IDH dos demais municípios do Paraná (IPARDES, 2013). Segundo ICAF (2013), o baixo desenvolvimento está atrelado à produção de tabaco. Os municípios rurais com forte dependência do tabaco têm desenvolvimento humano abaixo de 0,700. Segundo o DESER:

Quase um quarto (22,7%) do PIB regional é produzido na agropecuária, sendo que em municípios como Guamiranga, Ipiranga, Ivaí e São do Triunfo essa participação é superior a 40%. O setor industrial tem um peso mais significativo em São Mateus do Sul (25%), em função da presença da Petrobrás, com a usina de extração de petróleo do xisto, em Irati (17,5%), por ser um polo regional com várias pequenas indústrias e uma importante fábrica de fósforos, em Imbituva (19,1%) pela sua forte especialização na produção de malhas e em Mallet (30,6%), onde o PIB total é pequeno, mas há o destaque das madeireiras e da produção de porcelana.

Em todos os municípios rurais, a agricultura responde por mais de 25% do PIB, sendo que em vários ultrapassa os 40%, sendo que o setor de serviços é altamente dependente do desempenho do setor agrícola. Na agricultura e segundo a importância em termos de valor da produção, o tabaco é o principal produto em Imbituva (30,3% do VBP), Ipiranga (34,1%), Ivaí (32,1%), Mallet (27,2%), Prudentópolis (27,9%), Rio Azul (57,2%) e São João do Triunfo (61,7%). Ocupa o segundo lugar em Irati (22,6%) e Palmeira (12,2%) e está em terceiro lugar em São Mateus do Sul (12,8%). Soja é o segundo principal produto no conjunto de toda a região, sendo o principal em Palmeira (30,1) e o segundo em Imbituva (28,9%) e Ipiranga (24,3%). Mas a soja também é significativa em Irati, Mallet, Prudentópolis, Rio Azul, São João do Triunfo e São Mateus do Sul, sempre respondendo na faixa de 13% a 20% do VBP total. (DESER, 2005, p. 16-17).

A forma como estas culturas se instalaram na região consolidou uma estrutura fundiária em pequenas propriedades rurais perfazendo um total de 77,6% da área do Território ocupados por estabelecimentos familiares, influenciando a

elaboração de políticas de reconversão produtiva e de diversificação das atividades das pequenas propriedades. Fazem parte deste Território 13 municípios, sendo eles: Mallet, Rio Azul, Rebouças, Irati, Inácio Martins, Fernandes Pinheiro, Teixeira Soares, Imbituva, Ipiranga, Ivaí, Guamiranga e Prudentópolis. Recentemente o município de Palmeira passou a fazer parte deste Território.

Tabela 2 - PIB e IDH dos municípios da região Sudeste do Paraná

MUNICÍPIO	PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO - 2010					IDH 2010			
	TOTAL (R\$ mil)	Agrop	Indúst	Serv	Impostos	Educação	Saúde	Renda	Média Municipal
Guamiranga	69.027	46,4	7,2	42,6	3,8	0,568	0,804	0,657	0,669
Imbituva	272.552	20,0	19,1	53,4	7,5	0,509	0,828	0,681	0,660
Ipiranga	158.330	45,0	6,6	44,1	4,3	0,489	0,828	0,684	0,652
Irati	711.104	11,5	17,3	61,6	9,7	0,640	0,835	0,715	0,726
Ivaí	138.515	40,8	11,5	43,5	4,2	0,534	0,791	0,654	0,651
Mallet	180.071	19,6	30,6	38,7	11,1	0,645	0,809	0,681	0,708
Prudentópolis	414.236	22,6	9,9	61,0	6,4	0,577	0,807	0,664	0,676
Rio Azul	138.860	34,5	17,0	43,6	5,0	0,544	0,819	0,728	0,687
São João do Triunfo	123.358	44,3	6,2	46,1	3,5	0,475	0,801	0,655	0,629
São Mateus do Sul	592.667	16,2	25,0	50,4	8,4	0,623	0,838	0,711	0,719
Palmeira	482.318	25,1	21,1	46,2	7,6	0,618	0,826	0,725	0,718
TOTAL	3.281.038	22,7	17,8	51,9	7,6				

Fonte: ICAF, 2013.

Em suas fundações, os territórios não foram constituídos coletivamente, com compreensão de territorialidade e os elementos complexos. Porém, são elementos essenciais que constituem a questão relacional existente nos territórios, como suas redes, tramas e seus entrelaces subjetivos – movimento inacabado de superação da atomização social. Segundo Saquet (2015, p. 66), “[...] essa organização histórica e relacional do território assenta-se na construção de malhas, nós e redes, formando campos de poder historicamente constituídos”. Segundo o mesmo autor:

Assim, conforme Raffestin e Bresso (1979) a territorialidade é fruto do trabalho, ou seja, significa troca de energia e informação entre os homens e, ao mesmo tempo, posse de uma porção do espaço. A territorialidade varia no tempo, de acordo com cada estágio de desenvolvimento: orgânico, mecânico e cibernético, sempre vinculada ao controle de objetos e pessoas e, desse modo, gera diferentes paisagens. Estas últimas são compreendidas como projeção social no espaço, como sistema integrado de relações entre homens, espaços e tempos. (SAQUET, 2015, p. 37).

De forma arbitrária e verticalizada como os territórios foram constituídos (FÁVARO, 2017), tornou-se arbitrária também a forma como se dão as relações

políticas, sociais, organizacionais que interagem nesse processo para o desenvolvimento rural. Muitas vezes se reproduzem na organização estrutural, através do Conselho Gestor, que torna-se uma via fácil de se conseguir recursos aos municípios, porém não se apropriam da importância social, democrática e participativa que o território em sua essência deve possuir. Segundo Saquet (2015, p. 40), a “[...] sociedade-espaco-tempo-natureza-território são indissociáveis. O que não significa dizer que são sinônimos, mas, sim, que estão em unidade constante, tanto ontológica como epistemologicamente”.

1.3.2 Juventude rural e autonomia

O jovem rural precisa sair da invisibilidade. É necessário compreender o ser jovem do ser agricultor, desta forma, é preciso compreender sobre suas identidades. Segundo o Ipea:

A juventude rural, especialmente a vinculada à agricultura familiar, possui especificidades que expressam os diferentes papéis que lhes são atribuídos ou esperados, pois é vista como uma categoria-chave para a reprodução social do campo e da agricultura familiar. Por isso, a transferência de jovens para as cidades, mais do que parte do movimento demográfico geral do processo de urbanização das sociedades industrializadas contemporâneas, tem sido vista como um problema, na medida em que não só contribui para o “esvaziamento” do campo, mas também pressagia o fim do mundo rural. (IPEA, 2008).

Um dos dramas que inquietam as juventudes é a questão da autonomia, que perpassa pela questão financeira. Portanto, como afirma Strapasolas (S/D, p. 17) “[...] considerando o trabalho como o instrumento para a liberdade financeira que, por sua vez, possibilita a continuidade dos estudos e a ‘mudança’ de vida”.

O jovem rural normalmente se apresenta como membro da equipe de trabalho familiar, ou seja, um “aprendiz profissional” de agricultor, trabalhador que complementa a renda familiar, ou estudante. Geralmente, ele diz que “ajuda”: “eu ajudo o pai”, “eu ajudo em casa”, “eu ajudo na roça”. Isso indica a precária autonomia do jovem no interior da família. Se o trabalho dele aparece como “ajuda”, não é remunerado e não há a menor possibilidade de um contrato ou uma relação trabalhista, ou o de valorização de fazer parte das decisões da propriedade junto com sua família exercendo tal autonomia e sendo visível como ator social.

Norman Long (2007), em seu texto *Sociología del desarrollo* traz uma perspectiva centrada no ator (*el actor*), a heterogeneidade - conhecer diversos repertórios culturais e compreender a identidade, a essência de cada pessoa:

[...] interesado antes que todo en entender los procesos por los cuales los actores específicos y redes de actores se comprometen con y coproducen así sus mundos sociales (inter) personales Y colectivos. Esto no lo logran sólo reabajando repertórios culturales existentes o por conducta aprendida, sino también mediante las muchas maneras em que las personas improvisan y experimentan con viejos y nuevos elementos y experiencias, y reaccionan según la situación y con imaginación, com conocimiento de ello o sin él a las circunstancias que encuentran. (LONG, 2007, p. 26).

O trabalho de ATER como extensão é também um ato educativo/pedagógico. Tem a função de promover as racionalidades humanas e sociais, através do resgate cultural, da historicidade desses sujeitos para o fortalecimento dessas identidades. O extensionista exerce um papel fundamental educativo, através da sua dialogicidade com a realidade e sensível à necessidade do *outro*, numa perspectiva humanista que reintegra a ação da coletividade para a construção do conhecimento, sair da *doxa* (opinião de base, empírica) para a *episteme* (conhecimento). Para Freire (2015, p. 70):

O diálogo e a problematização não adormecem a ninguém. Conscientizam. Na dialogicidade, na problematização, educador-educando e educando-educador vão ambos desenvolvendo uma postura crítica da qual resulta a percepção de que este conjunto de saber se encontra em interação.

Segundo Sauv  (1997), todo processo educativo deveria ser reformulado para o desenvolvimento sustentável. A a o extensionista   um ato educativo na ordena o lógica do Técnico e do agricultor, não   transferir, depositar no agricultor conhecimento e sim dialogar, comunicar-se, refletir, interagir com o contexto e com os atores envolvidos e, assim, construir saberes, aprender, reaprender e ressignificar a prática.

Durante um período utilizou-se a frase "fixar o jovem no campo" - discurso nocivo a uma política de desenvolvimento rural capaz de mobilizar as melhores energias da juventude. Jovem tem mobilidade, promove sinergias por seus pensamentos e a es dinâmicas - jovem tem impulso para a inova o, para se reinventar. Infelizmente, essas energias são veladas pela sociedade que não considera e não valoriza toda essa energia que promove mudanças desde as

mentes com ideais inovadores e transformadores. Até que ponto o jovem é instável em seus desejos? Será que ele é culpado pela sua invisibilidade e a de seus desejos? Será que não se está “apagando” os sonhos e os ideais mais profundos desses jovens?

Segundo Castro (2009, p. 195):

A análise dessa categoria permite percebermos como os processos de construção de categorias sociais configuram e reforçam relações de hierarquia social. A observação dos espaços e formas como a categoria juventude e, em especial, juventude rural, atuam identificados como tal, trouxe uma série de elementos que contribuem para a compreensão desse fenômeno. A exclusão social é uma marca da juventude rural no Brasil, seja pela invisibilidade de suas demandas nas esferas das políticas, seja pelas difíceis condições de permanência dos jovens no meio rural, afetada por questões “objetivas” e “subjetivas”, “novas” e “velhas.

Para que a propensão dos jovens à inovação se realize, entretanto, é necessário um ambiente social que estimule o conhecimento e favoreça que as novas ideias tenham chance de se tornar realidade. Uma das maiores doenças da atualidade está, exatamente, na incapacidade de as sociedades contemporâneas oferecerem perspectivas para que a inovação se concretize em projetos construtivos, sejam eles privados ou sociais. Para Castro (2009, p. 200):

A não valorização ou singularização dessa categoria social contribui para a sua invisibilidade. Por outro lado, a recente visibilidade enquanto público-alvo de programas ou quanto ator político pode significar desde um reconhecimento das especificidades de ser jovem no meio rural brasileiro, e, portanto, de demandas específicas, até uma reordenação de relações de poder e conseqüente legitimação do jovem como ator social nos processos de produção, reprodução e mesmo transformação da realidade meio rural no Brasil.

Para isso, o mais importante é que o destino dos jovens não esteja traçado de antemão, desde seu nascimento, como fatalidade, que ser jovem rural, agricultor ou não, seja o que há de melhor ou pior em seu caminho.

2 A TRAJETÓRIA DA PESQUISA

Esta pesquisadora é filha de agricultores, saiu do interior paulista (2002) para realizar o sonho de ser professora, mas tinha algo maior plantado em seu coração, o de ajudar ao próximo. A saudade a acompanhava constantemente junto a dor de se afastar de seus pais. Uma indagação perambulava em seus pensamentos, tinha uma inquietude de compreender algumas questões relacionadas à sua história – por ser filha de agricultores queria saber o porquê “de sair” da propriedade?! Já que sua história tomou tal rumo, indagava-se sobre o retorno social que seu estudo poderia trazer a esse público.

Vivenciar, refletir e intervir sobre a sucessão na agricultura familiar na percepção dos jovens no Território Centro-Sul do Paraná iniciou em 2010 com o trabalho de educadora no CEDEJOR Centro-Sul do Paraná, criado em 2001 e reconhecido como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) em novembro de 2002. Esteve presente nos três estados do Sul do Brasil, atingindo aproximadamente 45 municípios, com centros de formação (núcleos) nos municípios de Rio Pardo-RS, Lauro Muller-SC, Tibagi-PR e Guamiranga-PR. Atualmente, apenas o CEDEJOR com sede em Rio Pardo-RS está com suas portas abertas, mas estagnado em ações diretivas à juventude, porém cede seu espaço de formação para ações locais do município.

O CEDEJOR, em sua essência de criação/fundação, é uma organização social, sem fins lucrativos, produtora de conhecimentos e tecnologias sociais para formação e apoio integral aos jovens rurais, para que tenham acesso às oportunidades para desenvolver seus talentos e para que possam ser agentes de transformação em suas comunidades.

Nesta pesquisa foi possível compreender mais a fundo a questão da agricultura familiar e as relações constituídas por esses atores. Embora seja filha de agricultores, a autora desta pesquisa começou a fazer uma autoanálise a partir de um novo olhar e a compreender os motivos que a levaram a “sair” da propriedade e estudar. Os anos foram passando, novas indagações e questionamentos foram surgindo e o trabalho com jovens rurais foi tomando proporções maiores.

A partir de setembro de 2014 a autora atua como Técnica de ATER no Projeto Diversificação da Agricultura Familiar das Áreas Cultivadas com o Tabaco. O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural é um projeto financiado pelo

Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, por meio da Secretaria da Agricultura Familiar, vinculada ao extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (DATER/SAF/MDA) e tem como organizações comprometidas pela execução da proposta, o Instituto de Cooperação da Agricultura Familiar de Santa Catarina (ICAF), o DESER e a FETRAF-Paraná. O projeto visa disponibilizar às famílias agricultoras produtoras de tabaco, profissionais capacitados para contribuir no diálogo das famílias, autonomia, gestão da propriedade, valorização dos jovens e mulheres, valorização do ambiente onde vivem, estímulo à produção de alimentos saudáveis, através da agroecologia, promovendo a diversificação de produção e geração de renda.

O projeto conta com uma equipe multidisciplinar de profissionais que contribui com as famílias em várias ações, não somente no âmbito da produção, mas também em questões que envolvem a família e a Unidade de Produção Familiar (UPF) como um todo, com o intuito de fortalecer e melhorar a condição de vida dessas famílias. O projeto encerrou em dezembro de 2017 e continua com ações mais restritas após o término do contrato neste ano de 2018, nos municípios de Guamiranga, Prudentópolis, Imbituva, Ivaí, Ipiranga, Irati, Mallet, Rio Azul, São Mateus do Sul, São João do Triunfo, Palmeira, Rebouças, Teixeira Soares e Fernandes Pinheiro. Um dos focos neste Projeto é a comercialização, com ênfase em mulheres, juventudes e grupos de agricultores formais e/ou informais.

2.1 Materiais e métodos

A pesquisa tem um recorte temporal no período de 2015 a 2017, fundamentada sobre o viés da pesquisa qualitativa, pois a vivência da pesquisadora é o “viver” das relações constituídas durante esses anos, não somente como profissional que atua com jovens e famílias de agricultores familiares na região, (MINAYO, 1994), mas como todo universo de atuação enquanto ator social imerso nesse contexto. O primeiro passo encaminhado nesta pesquisa após a delimitação do tema e análise de conjuntura, depois da revisão bibliográfica sobre juventude rural, desenvolvimento, agricultura familiar, território, método documentário e teoria ator-rede.

A pesquisa bibliográfica é um dos elementos imprescindíveis para o fortalecimento das ideias embasadas cientificamente, utilizando como fonte de

referência, livros específicos sobre o tema em foco. Segundo Gil (2003, p. 48), “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, uma vez que a pesquisa bibliográfica se caracteriza, segundo Pádua (1997, p. 50), “[...] fundamentada nos conhecimentos da biblioteconomia, documentação e bibliografia, sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e registrou a respeito do seu tema de pesquisa”.

O segundo passo foi a aplicação de um questionário (Anexo A), denominado de pesquisa quantitativa, baseado na pesquisa aplicada por Ricardo Abramovay, no Oeste Catarinense pela EPAGRI, sendo questionários destinados aos pais, jovens moços e jovens moças¹. Os atores envolvidos nessa pesquisa foram 22 pais, 10 jovens moças e 23 jovens rapazes. Como critério de amostragem adotou-se a definição de escolher participantes do Projeto Diversificação das Áreas Cultivadas com o Tabaco no município de Guamiranga. Para a análise e interpretação dos questionários utilizou-se o *Software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS).

O terceiro passo foi elaborar um roteiro de entrevista semiestruturada, designada como qualitativa (Apêndice B), para lideranças que são e que foram conselheiros do Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná.

O objetivo de fazer uso da metodologia qualitativa foi de retratar a realidade de forma completa, concreta e profunda, evidenciando a inter-relação entre o grupo pesquisado, fortemente arraigada na variedade de dados coletados em diferentes momentos, não só com a aplicação da entrevista, mas com o convívio com as lideranças do Território Centro-Sul do Paraná. Segundo Gerhardt (2009, p. 31):

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, assim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. A pesquisa quali-quantitativa no que consiste à pesquisa social viabiliza contextualizar a realidade de maneira complexa, flexível e democrática, dinamizar os resultados e qualificar seus argumentos e justificativas.

¹ ABRAMOVAY, Ricardo. **Impasses sociais da Sucessão hereditária na Agricultura familiar**. 2001. Questionário baseado na pesquisa aplicada no Oeste Catarinense pela EPAGRI; Centro de Pesquisas para Pequenas Propriedades – CPPP; Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA; Secretaria da Agricultura Familiar/SAF; Núcleo de Estudos e desenvolvimento Rural/NEAD.

As entrevistas em relação ao Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná foram realizadas no mês de janeiro de 2017, com 04 representantes do Conselho Gestor.

Para fundamentar esse “campo de batalha” entre agricultura familiar x juventude rural x territorialidade, este trabalho também está fundamentado na subjetividade e na complexidade do método de análise documentário de Karl Mannheim para descrever e entender as entidades não individuais, oportunizando uma análise mais complexa, sistêmica, crítica e subjetiva dos processos de relações constituídos e de compreensão do desenvolvimento como arte – o que está além de quantificar e qualificar. Essas análises de cunho sociológico estão associadas a dados quantitativos coletados e tabulados, operacionalizando as variáveis que dialogam entre as duas vertentes e constituem o resultado desta dissertação.

O quarto passo foi o de elaborar um roteiro de entrevista (Apêndice C) (aplicada oralmente e gravada). Para Schütze, as tipificações podem ser obtidas através da análise das narrativas desenvolvendo, assim, métodos capazes de reproduzir este conhecimento. Portanto, a análise de narrativas está diretamente associada a um tipo específico de entrevista denominado de “entrevista narrativa”. Schütze empregou esse método de coleta de dados em um projeto de pesquisa para analisar as mudanças coletivas dentro de uma comunidade nos anos 1970 e em outra pesquisa analisou os impactos da segunda guerra mundial através das narrativas de entrevista de alemães e norte- americanos que nasceram entre 1915 e 1925.

Ao estudar essa forma de entrevista, segundo o autor, a narração está mais propensa a reproduzir em detalhes as estruturas que orientam as ações dos indivíduos. A entrevista busca romper com a rigidez imposta pelas entrevistas estruturadas e gerar textos narrativos sobre as experiências vividas, que, por sua vez, permitem identificar as estruturas sociais que moldam essas experiências (WELLER *et al.*, 2014, p. 327).

Para transformar a visão de mundo de um objeto em uma análise científica Mannheim apresenta o método de interpretação que a caracteriza como documentário. Nessa abordagem tudo se torna um documento que está sendo analisado metodologicamente, portanto um discurso é um documento. Um produto cultural pode ter um nível objetivo ou imanente dado de forma natural, um nível

expressivo que é transmitido em forma de palavras ou ações e por último um nível documentário em forma de uma ação prática.

Dessa forma todo produto cultural apresenta em sua totalidade os três níveis ou estratos distintos de significação, passíveis de serem revelados pelas análises científicas. Diferentemente do objeto natural, no qual é possível perceber ou intuir uma caracterização bastante próxima de sua constituição real num primeiro olhar, o produto cultural necessita de uma análise que considere os três níveis de interpretação. Não é possível compreender uma obra de arte se percebermos apenas o nível objetivo ou imanente; temos que compreender também os sentidos expressivo e documentário se quisermos esgotar as possibilidades de análise e transcender sua significação imediata. (WELLER *et al.*, 2002, p. 386).

O sentido do objetivo está no conhecimento do contexto social através do qual e no qual existem as coisas. Seu sentido não existe no conhecimento dos atos intencionais do ator ou individuais, mas sim ele é o produto da manifestação. O sentido expressivo não pode ser interpretado independentemente do sujeito e de seu contexto, ou seja: a verdadeira razão do ato só será compreendida se os atores tiverem acesso ao mundo interior do sujeito. Já, no documentário, o que interessa é a interpretação da ação, do ato, pois a ação passa a ser um documento.

O que interessa nesse terceiro nível de interpretação é a descoberta do sentido documentário da ação, ou seja, a análise do que esse ato, mesmo sem querer, documenta ou revela sobre o amigo que ofereceu a esmola. A partir do momento que a ação passa a ser um documento para a interpretação teórica, ou seja, a partir do momento em que o ato de dar esmolas foi interpretado teoricamente como “hipocrisia”, o sentido da ação continua sendo objeto de interpretação, mas de forma distinta àquelas realizadas até o momento. A mesma técnica de interpretação pode ser aplicada na análise de outras manifestações de sua personalidade, tais como: suas expressões faciais, seus gestos, seu modo de andar, seu ritmo de discurso. (WELLER *et al.*, 2002 p. 387 e 388).

No que se refere à utilização e à semelhança do método documentário na análise das entrevistas narrativas desenvolvidas por Schütze, de acordo com Nohl (2010, p. 200), está no fato de dever-se reconstruir o sentido que é implícito em toda a fala do entrevistado, Nessa fase de interpretação ocorrem diferentes níveis de sentido os quais Karl Mannheim (1952) definiu de “sentido objetivo”, “sentido expressivo” e “sentido documentário” (WELLER, 2005). Na prática, a interpretação destes diferentes níveis é realizada no contexto do método documentário por meio das etapas: interpretação formulada de entrevistas narrativas, interpretação refletida de entrevistas narrativas e análise comparativa e construção de tipos.

A primeira etapa refere-se à busca de reconstrução daquilo que se compreende de forma imediata, ou seja, é a etapa importante na identificação dos tópicos ou temas discutidos no decorrer da entrevista. Após a escolha do tema inicia-se a análise da passagem inicial ou “narração central” como definido por Schütze (1987), seria as passagens pelas quais a entrevista correu sobre determinado assunto. Por último, analisam-se as passagens nas quais o entrevistado discute temas relevantes para a pesquisa. Durante a interpretação formulada de um tema é realizada a análise sequencial dos subtemas identificados em uma passagem, *descrevendo com as palavras do pesquisador o que foi dito pelo informante*. Dados sobre o entrevistado e sobre o contexto que não estão presentes no texto da entrevista não constituem objeto da interpretação formulada.

A interpretação refletida de entrevistas narrativas é análise estrutural que Schütze (1987) realiza na distinção entre segmentos narrativos (eventos ou experiências são narradas segundo uma sequência cronológica), descritivos (relacionados à necessidade de detalhamento de ações recorrentes ou de fatos estabelecidos), argumentativos (constituem uma espécie de resumo ou conclusão dos motivos, razões ou condições de uma determinada ação do narrador ou de outra pessoa citada na entrevista) e avaliativos (uma análise do narrador sobre si ou outra pessoa).

A interpretação refletida ocupa-se da análise semântica, verificando a forma como um tema ou problema foi elaborado, assim como os respectivos quadros de referência ou modelos de orientação a partir dos quais o entrevistado constrói a narrativa (WELLER, 2005; BOHNSACK; WELLER, 2011; NOHL, 2010, p. 329).

Por último, a análise dentro do sentindo documentário constitui-se em um quadro de orientação que só pode ser analisada a partir de comparações com as sequências de outros casos que o entrevistado oferece comparação, além de ampliar as possibilidades de interpretação, também representa um método de validação das interpretações (NOHL, 2007). A análise buscou verificar a forma como os informantes elaboraram um mesmo tópico.

A compreensão das gerações a partir de suas relações com o meio social, mas também em relação aos aspectos em comum existentes entre os membros de uma conexão geracional é importante. Além disso, o autor introduz em sua pesquisa os espaços sociais como elementos de análise. Na atualidade essa análise do autor sobre as gerações instiga, segundo Weller (2010), a repensar a

construção da análise sobre as experiências sociais e concretas, ou seja, não é apenas uma contribuição teórica acerca das gerações, mas sobre os métodos teórico-metodológicos da pesquisa.

Os dados utilizados no presente estudo foram provenientes de entrevistas com os atores envolvidos no Território Centro-Sul do Paraná e jovens e suas famílias agricultores participantes do Projeto Diversificação em Guamiranga. Buscou-se métodos e fontes de informações que balizassem todo o diálogo desta pesquisa para compreender o cenário atual da juventude do referido Território.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apresenta-se a seguir uma linha do tempo da agricultura no Brasil e suas influências nos dias de hoje e como isso reflete na juventude rural e a sucessão na agricultura familiar. A linha do tempo apresenta a perspectiva histórica do modelo rural brasileiro (de agricultura), com ênfase no reflexo sobre a agricultura familiar.

Figura 2 – Linha do tempo da agricultura no Brasil



Fonte: Elaborado pela autora, 2017

Além da diversidade de métodos utilizados para a realização deste trabalho, foram utilizados dados coletados na execução do Projeto de ATER. Em 2015 foi aplicado um questionário do Projeto de diversificação como caracterização inicial das Unidades de Produção Familiar (UPF), com perguntas relacionadas ao perfil das

famílias, propriedade e dados sobre a diversificação. Para avaliar o desenvolvimento do Projeto em 2017 aplicou-se um questionário para confrontar dados entre o primeiro e o último - potencialidades alcançadas e ainda mapear fragilidades existentes.

Em relação ao município de Guamiranga (caracterização inicial), os responsáveis pela propriedade (neste caso, titulares inscritos no Projeto de ATER) são 46,5% do sexo feminino e 53,3% do sexo masculino. A faixa etária média desse público é de 18,2% de 15 a 29 anos, 51,5% de 30 a 45 anos e 28,8% de 46 a 59 anos. A faixa etária dos membros das famílias é de 17% até 14 anos, 25,2% jovens entre 15 a 29 anos, 33% de 30 a 45 anos, 23,3% de 46 a 59 anos e 1,5% de 60 anos ou mais. A população de Guamiranga, segundo IBGE (2017), é de 8.619 habitantes.

3.1 Sucessão na perspectiva de pais x filhos (as)

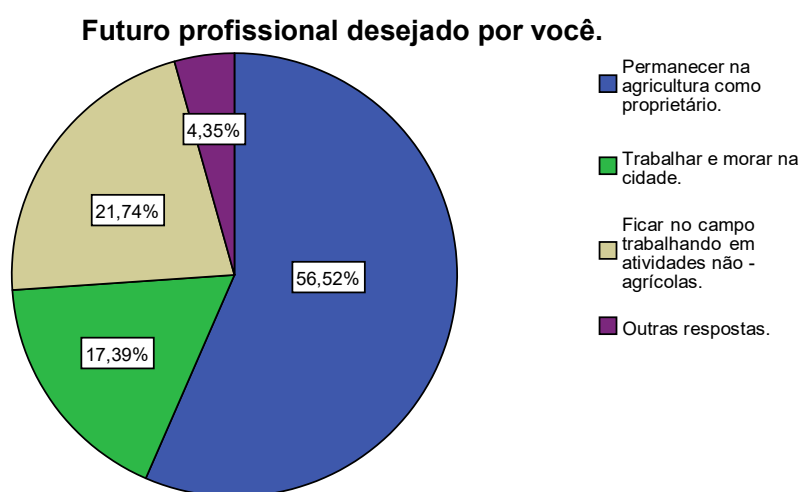
Em estudos realizados sobre juventude rural entre as décadas de 1990 e 2000, com êxodo rural ainda forte, segundo o IBGE (2000), havia no Brasil 34.081.330 jovens de 14 a 24 anos, mas apenas 18% deles residiam no meio rural. Entre os anos de 1991 e 2000 houve uma redução de 26% da população jovem no meio rural.

Atualmente, na região Sul vive 19% da população jovem rural brasileira, o que equivale a 1 milhão de pessoas. Do número total de agricultores familiares nessa região, 25% são jovens. Jovens do gênero masculino correspondem à maioria dessa população, totalizando 53% dos seus habitantes. Em Guamiranga (IBGE 2006), no meio rural há uma população masculina de 2.191 homens e 1.423 mulheres e com 14 anos ou mais conta-se com um público de 2.073 do sexo masculino e 1.298 do sexo feminino.

O objetivo dessa pesquisa foi o de compreender o cenário da inserção dos jovens (moças e rapazes) na Unidade de Produção Familiar com: a) a divisão do trabalho por sexo e geração; b) os efeitos da modernização da agricultura sobre a divisão do trabalho por sexo; c) as características do trabalho dos jovens na Unidade de Produção Familiar; d) o trabalho em tempo parcial ou fora da agricultura; e) as práticas de transmissão da propriedade familiar.

Conforme demonstrado nos gráficos abaixo, 60% das jovens moças apresentaram interesse em morar na propriedade e trabalhar na cidade. De certa forma, por um lado elas buscam autonomia de renda advinda de fora, mas unida à segurança do espaço e da convivência familiar e à qualidade de vida. Já, em relação aos rapazes, 56,52% desejam permanecer como agricultores, 21,74% desejam realizar atividades não-agrícolas e 10% querem morar na propriedade e trabalhar fora.

Figura 3 - Futuro profissional desejado pelos rapazes.



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 4 – Futuro profissional desejado pelas moças.



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

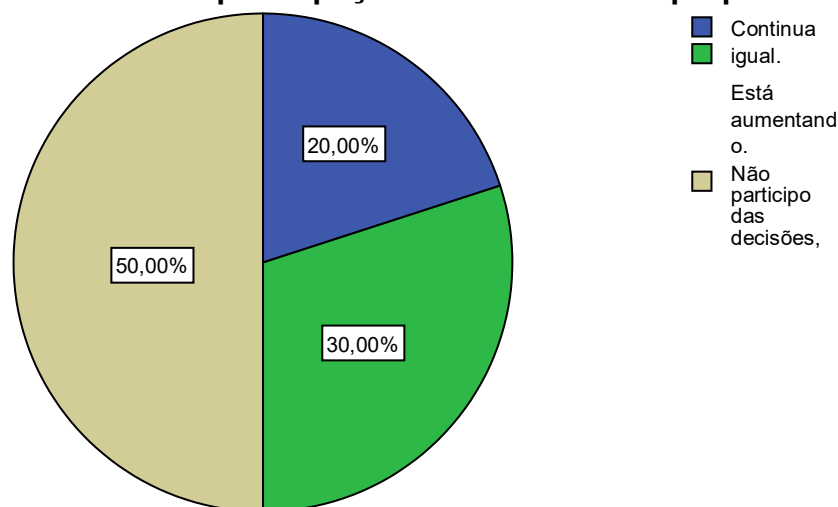
Embora haja um cenário que o gênero feminino “sai” do campo em número maior, a afirmação trazida por Abramovay (2001) possibilita estabelecer conexões e visualizar alguns elementos existentes ainda no meio rural, como os jovens rapazes têm certa autonomia em relação às jovens, devido à cultura conservadora presente e significativa nesse espaço. Nesse sentido, ocorre um envelhecimento e masculinização no campo. Porém, nos dados obtidos nesta pesquisa visualiza-se uma contradição com a “teoria da masculinização do campo”, pois os gráficos acima demonstram que 52,56% das jovens desejam permanecer na agricultura como proprietárias.

No campo de batalha entre a vontade de permanecer e a necessidade de buscar novos horizontes a moça busca alternativas que lhe possibilitem manter-se na propriedade, não sendo fadada “a casar com um agricultor” e a sair para estudar e trabalhar, como se fosse a única solução existente, ou que de fato esse “sair” seja a concretização de um sonho em busca de novos horizontes.

De um lado ainda há o cenário de que o jovem, segundo Castro (2005, p. 03), vive o difícil dilema de “ficar ou sair” do meio rural, mas principalmente pelo “peso” da autoridade paterna. As percepções sobre o jovem em diferentes áreas analisadas apontam que o “construir de sua identidade deva ser controlado, resultado da ausência de autonomia e de uma educação centralizadora, autoritária e insegura por parte dos pais que não acreditam nos próprios filhos e na vida no meio rural. A figura a seguir mostra que, de acordo com o grupo de pais que responderam o questionário, 52,38% não dialogam sobre a sucessão, embora saibam que alguém permanecerá para administrar a propriedade; 50% das moças relataram que não participam das decisões da propriedade e 30% alegaram que os espaços de decisão estão aumentando; para 47,83% dos rapazes continua igual e para 39,13% está aumentando o diálogo para as tomadas de decisões na propriedade.

Figura 5 – Participação de rapazes nas decisões na propriedade.

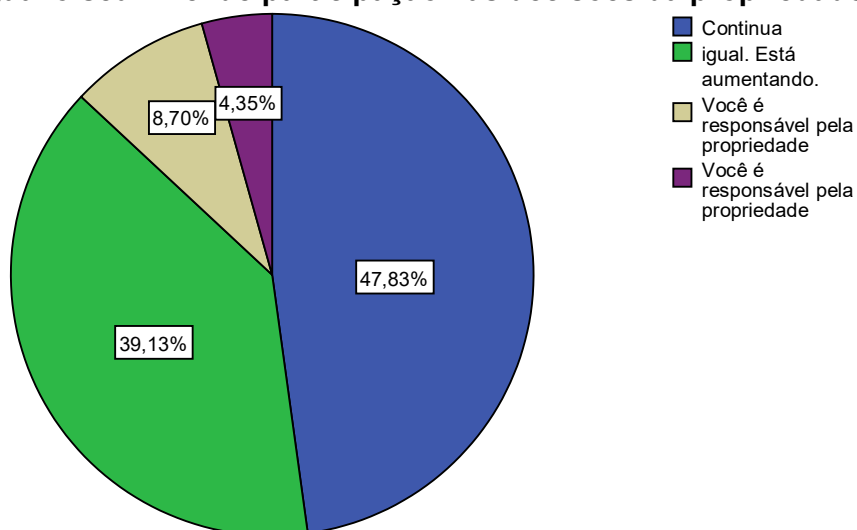
Qual o seu nível de participação nas decisões da propriedade?



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 6 – Participação de moças nas decisões da propriedade.

Qual o seu nível de participação nas decisões da propriedade?



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Segundo o IBGE (2000), entre a década de 1990 e os anos 2000, jovens entre 15 e 29 anos representavam 27% da população rural do Brasil. Na região Sul, houve uma diminuição de quase 30% da população de jovens no meio rural.

Onde por um lado, há uma diminuição generalizada dos requerimentos de mão de obra, que expressa a vulgarização dos insumos modernos (adubos, herbicidas, inseticidas, equipamentos, etc.), e, de outro, uma masculinização crescente do processo de

trabalho, fato que conduz a uma situação na qual a mulher rural, na maior parte dos casos, passa do status de fator fundamental no desempenho de inúmeras operações agrícolas à condição de atividade praticamente circunscrita às tarefas eminentemente caseiras. Essa situação aliada ao espaço que a mulher conquistou na sociedade e a necessidade de possuir sua própria renda, faz com que principalmente as moças, mudem-se para os centros urbanos em busca de trabalho, estudos e autonomia. (DESER, 2013).

A Tabela 3 apresenta (ICAF, 2013) uma comparação entre a população urbana e a população rural entre os anos 2000 e 2010. Observa-se que há o aumento da população rural (homens e mulheres) nos municípios de Guamiranga, Imbituva, Mallet, Rio Azul, São Mateus do Sul e São João do Triunfo, enquanto nos demais municípios a população diminuiu.

Tabela 3 - População urbana e rural no Território Centro-Sul do Paraná

Municípios	2000				2010			
	População Urbana		População Rural		População Urbana		População Rural	
	Masc.	Femin.	Masc.	Feminina	Masc.	Femin.	Masc.	Feminina
Guamiranga	847	781	2853	2653	1125	1111	2883	2781
Imbituva	7518	7263	5029	4686	8965	8923	5425	5142
Ipiranga	1947	2049	4959	4353	2416	2473	4912	4349
Irati	19124	20182	6848	6198	21814	23118	5894	5381
Ivaí	1851	1857	4343	3848	2323	2306	4361	3825
Mallet	3403	3459	3129	2611	3730	3840	2969	2434
Prudentópolis	8847	9429	14901	13169	10796	11667	14095	12234
Rio Azul	2136	2198	4686	4003	2452	2560	4888	4193
São Mateus do Sul	10354	10777	8111	7327	12608	13098	8173	7378
São João do Triunfo	1866	1637	4803	4173	2004	2044	5204	4452
Palmeira	8437	8831	7122	6457	9413	9962	6633	6115

Fonte: ICAF, 2013.

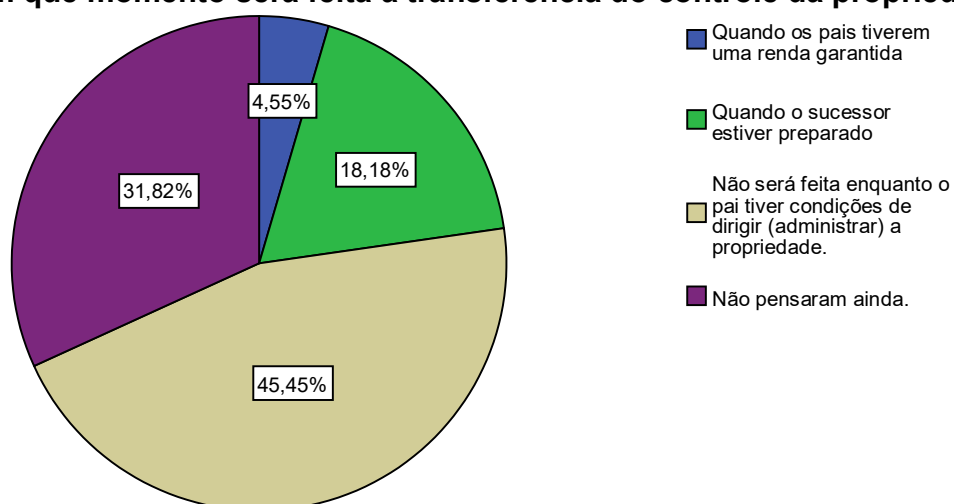
De acordo com a figura 7, com base no questionário aplicado aos pais, em Guamiranga 45,45% dos pais não farão a transferência da propriedade enquanto tiverem condições de administrá-la. E 56,52% dos rapazes (figura 8) e 60% das moças (figura 9) comungam da mesma ideia. A internalização do domínio patriarcal se perpetua na agricultura familiar de Guamiranga.

A preocupação atual sobre a sucessão na agricultura familiar se deve ao número de jovens de 15 a 24 anos ser inferior ao número de estabelecimentos. Se houver a sucessão há o fortalecimento da agricultura familiar, preservação das identidades, ruralidades e da cultura e história acumuladas ao longo de gerações,

bem como qualidade de vida para os mais jovens e para os mais velhos, em um meio rural com pessoas realizadas e plenas em sua essência. Por sucessão entende-se que o jovem não deve “ficar” no sentido de obrigatoriedade, mas que esse “ficar” seja algo inerente ao jovem, de sua vontade, que essa vontade seja impulsionada por oportunidades e possibilidades que este espaço possa lhe proporcionar.

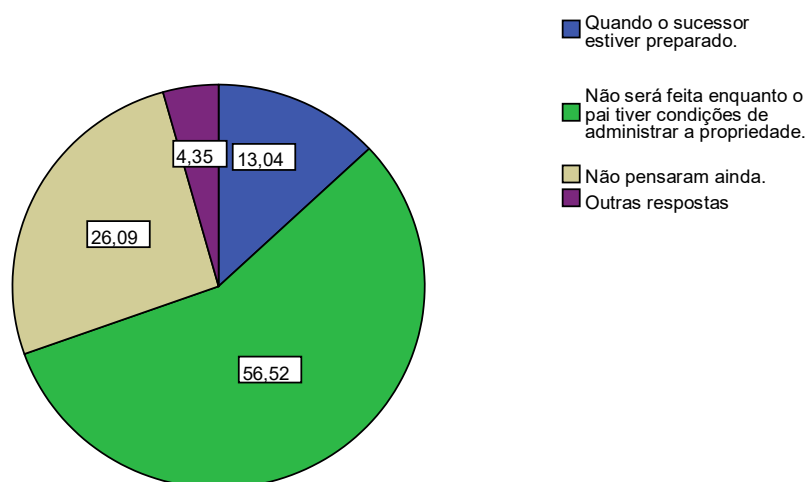
Figura 7- Sucessão na propriedade rural em Guamiranga na percepção dos pais

Em que momento será feita a transferência do controle da propriedade?



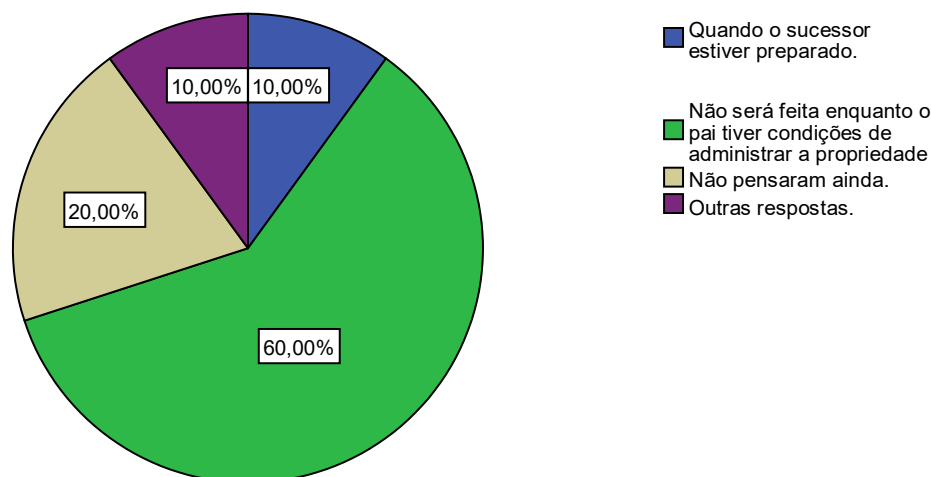
Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 8 - Sucessão na propriedade rural em Guamiranga na percepção dos rapazes



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 9 - Sucessão na propriedade rural em Guamiranga na percepção das moças.



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Segundo Castro (2005, p. 03), mediante seu estudo sobre o jovem como ator político, neste caso, em assentamentos e nas demais juventudes rurais:

[...] o peso da autoridade paterna no espaço doméstico é reproduzido nas relações de trabalho familiar e na organização do lote. Essa autoridade cria mecanismos de vigilância e controle sobre os jovens através das relações familiares e demais redes sociais, principalmente mulheres, que se estendem para os espaços que frequentam.

A figura do pai prevalece sobre os interesses individuais, ou seja, a unidade familiar está assentada no grupo masculino-adulto. A hierarquia patriarcal domina o espaço e fragiliza o sentimento de pertença das mulheres e jovens. Um dos grandes empecilhos da sucessão na agricultura familiar e à permanência dos jovens no meio rural é a situação relacional entre pais e filhos, a confiança do pai em ter um sucessor, sendo um patriarca que não delega funções e não abre possibilidade para os filhos, chamado por Abramovay (1998, p. 70) de *padre padrone*. Essa concepção ainda prevalece de uma maneira velada e se caracteriza pela cultura da região, advindo de imigrantes poloneses, ucranianos, alemães e italianos. Nesse sentido, os jovens assumem o papel de serem mais um integrante da mão de obra familiar e não como um componente que agrega às decisões e diálogos na Unidade de Produção Familiar.

Segundo Castro:

Pensar a inserção desse jovem no meio rural hoje implica enfrentar o esforço de analisar as construções identitárias da categoria e suas disputas, e as próprias relações de hierarquia reproduzidas nesses processos, onde jovem ocupa um papel privilegiado nos discursos, mas não nas práticas. Neste sentido, permite percebermos processos de que reforçam relações sociais marcadas pela hierarquia e autoridade, que envolvem a posição de pai/adulto/chefe de família e “responsável” pelo lote/posse/propriedade, em oposição a filho/jovem/solteiro. Podemos afirmar que jovem, como categoria, carrega o “peso” da transitoriedade e, portanto, é tratado como categoria social sobre a qual se deve atuar e não percebida através das formas em que se configura como ator social. (CASTRO, 2009, p. 205).

A relação de autoridade paterna e a “submissão” dos filhos acabam não se restringindo a um problema somente enfrentado dentro da propriedade. A sociedade camufla os sonhos dos jovens e os mesmos não têm voz ativa em determinados espaços. Desacredita-se no potencial desses jovens e, desta forma, distanciam-se ainda mais do seu contexto buscando “aceitação” e “autonomia” a partir do momento que saem de casa. Nos diálogos com o grupo de jovens pesquisado de Guamiranga, uma fala recorrente é deles não serem ouvidos pela família nas decisões da propriedade, sendo apenas os “ajudantes”. E isso estende-se a instâncias maiores como igreja, associações e comunidades que também não depositam confiança neles, reduzindo-os a jovens “mandados” a fazer algo, sem considerar suas ideias.

No decorrer do Projeto de ATER percebeu-se a necessidade de estabelecer uma conexão entre os jovens e seus pais e dialogar sobre a sucessão de maneira incisiva, aproximando-os, seja nas visitas às famílias, seja em momentos formativos. Um dos pontos altos da busca dessa conexão foi quando se planejou o evento realizado em maio de 2017, com o objetivo de trazer para o evento jovens e familiares para dialogarem juntos sobre a juventude rural, renda e sucessão. O evento intitulado de I Encontro sobre a juventude: Sucessão, permanências e estratégias de diversificação e geração de renda no meio rural, reuniu 600 pessoas no dia 27.05. 2017. Foi organizado e planejado pelo Projeto de ATER, em parceria com a Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) e o Instituto Federal do Paraná, campus de Irati. Cada técnico teve sua contribuição e responsabilidade na organização do encontro. O evento foi planejado junto com lideranças, instituições e jovens da região que estão ligados direta ou indiretamente com o Projeto de Diversificação.

A partir da sistematização do I Encontro foi elaborada a Carta aberta da Juventude (Anexo A) lida no final do evento e publicada no site do Observatório do Tabaco². Nesse evento jovens participantes do Projeto de ATER apresentaram experiências agrícolas e não agrícolas, destacando a importância da diversificação da propriedade e o empoderamento dos jovens na busca da autonomia em suas propriedades e comunidade. O gargalo enfrentado por esses jovens vai além do que se tem da porteira para dentro com suas famílias. As situações negativas se assolam ainda mais da porteira para fora, com a falta de incentivo aos jovens em seus empreendimentos pelo poder público (através de leis que inviabilizam legalização de atividades) e a fragilidade de políticas de crédito aos mesmos.

Nesse viés, a juventude rural permanece invisível, embora receba alguma atenção das políticas públicas e de agentes de desenvolvimento territorial que se empenham para viabilizar projetos que fortaleçam o rural como um espaço de oportunidades e que os jovens façam a opção de permanecerem e de lutarem pela superação das lacunas existentes.

Diante desse contexto, o governo brasileiro juntamente com importantes entidades representativas da agricultura familiar, atrelada à Convenção Quadro de Controle do Tabaco, adotou estratégias frente aos problemas que circundam a produção do fumo e refletem diretamente nos agricultores familiares e na juventude, pois estes exercem um papel fundamental no desenvolvimento da agricultura familiar.

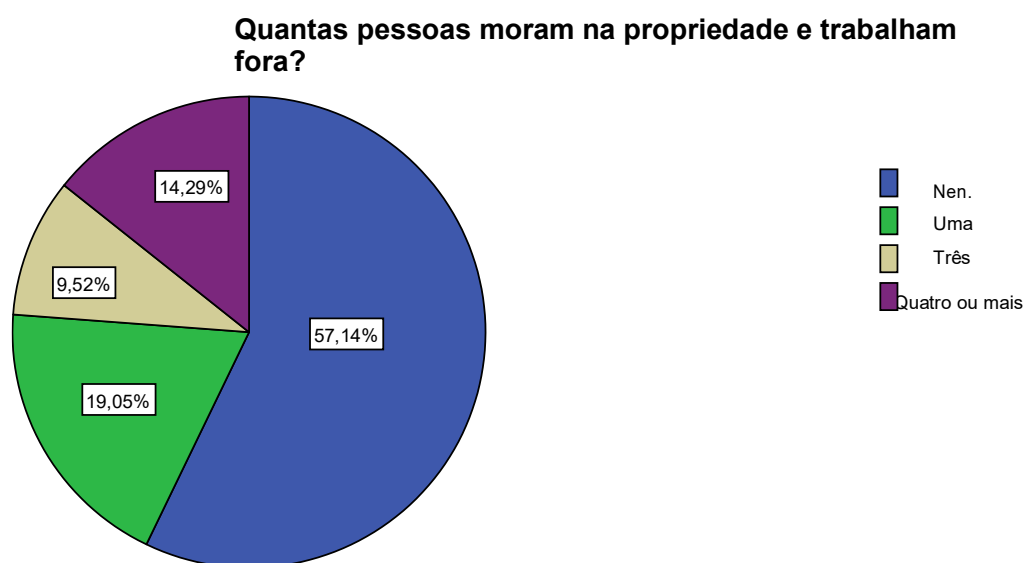
Wanderley (1996) traz reflexões sobre a agricultura familiar, sendo a mesma responsável pelo seu patrimônio e a reprodução familiar, como projeto futuro e de vida. A pluriatividade como mecanismo de fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar. As atividades pluriativas fortalecem a agricultura familiar, com trabalho agrícola conjugado com outras atividades que viabilizam economicamente a permanência das famílias no meio rural e se constitui em uma forma de adaptação a uma realidade complexa. Segundo Silva (1999), nos países estudados a pluriatividade constitui uma realidade mais importante que uma simples retração de categorias marginais, consideradas numa alternativa de emergência.

Para Schneider (2009), a pluriatividade pode ser definida enquanto fenômeno social e econômico, que membros da família residentes no meio rural optam por

² Disponível em: <<http://observatoriodotabaco.com.br/uploads/biblioteca/arquivos/pdf/CARTA-ABERTA-JUVENTUDE.pdf>>. Acesso em 29 jun. 2018.

realizar diferentes atividades não agrícolas, mantendo sua ligação produtiva com o campo. Não são fatores exógenos que determinam o exercício da pluriatividade, mas pode ser conceituada como endógena, sendo algo decidido no interior das famílias. Dessa maneira, Silva (1999) menciona que os pluriativos não constituem uma reação a uma situação precária, mas significam uma escolha de uma maneira de assegurar a subsistência da família. Neste caso, a pluriatividade e o êxodo rural se constituem em estratégias adaptativas às novas situações na agricultura familiar.

Figura 11 – Pluriatividade na agricultura familiar de Guamiranga na percepção dos pais.



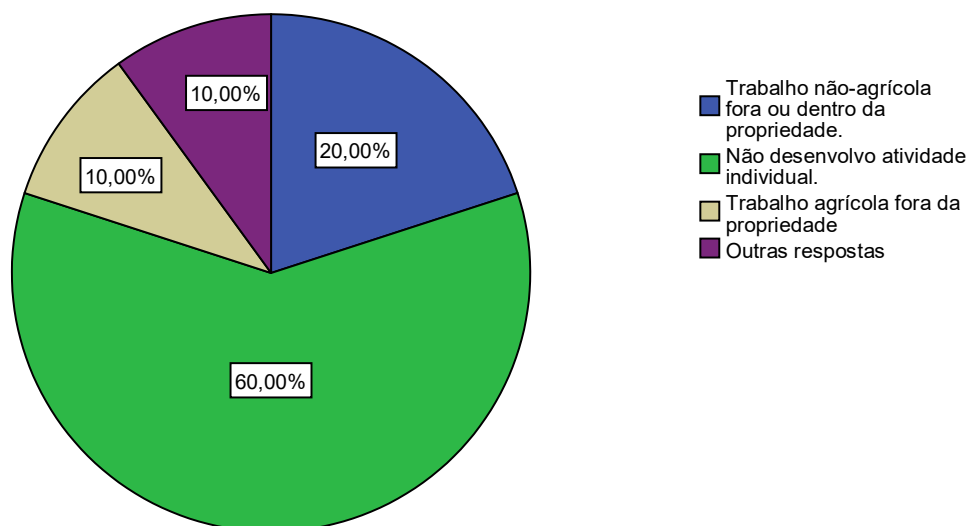
Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

José Graziano da Silva (1997) afirma que as ocupações rurais não agrícolas, de certa forma, estão associadas ao fortalecimento da agricultura familiar e das atividades a ela diretamente relacionadas. Em relação à pluriatividade, das famílias atendidas pelo Projeto de ATER em Guamiranga, 89,2% têm a principal renda obtida da propriedade e 10,8% são pluriativos e a renda também vem de fora da Unidade de Produção Familiar.

Um dos elementos que se busca fortalecer com o Projeto de Diversificação é o diálogo entre pais e filhos para tentar minimizar o distanciamento entre eles nas decisões internas da propriedade. O diálogo sobre sucessão geracional e permanência dos jovens no meio rural não é possível se não for feito com toda a família, mesmo por que, são duas lógicas complexas - herdeiros x sucessão geracional.

Figura 12 – Pluriatividade na agricultura familiar de Guamiranga na percepção das moças.

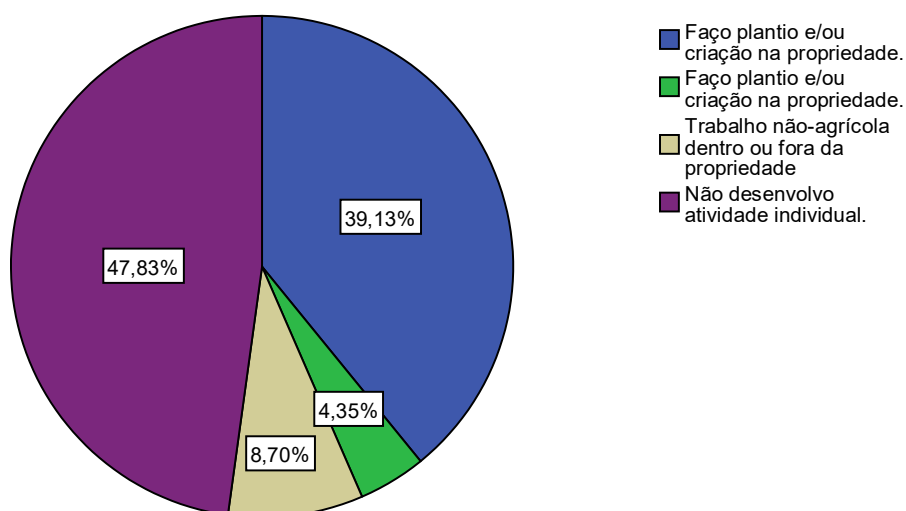
Você desenvolve atividades individuais para obter seu próprio dinheiro?



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 13 – Pluriatividade na agricultura familiar de Guamiranga na percepção dos rapazes.

Você desenvolve atividades individuais para obter seu próprio dinheiro?



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Em entrevista realizada com casal de jovens, participantes do Projeto de ATER em Guamiranga, foi utilizado o método documentário para registro. Eles foram indagados se já haviam conversado com a família sobre o futuro:

[...] não. O sogro mais cobra do que fala [...] eu na verdade não mando nada ai [...] a sogra também não fala nada de futuro [...] agem com impulso sem antes planejar [...] não pensam, chegam fazendo [...] daí eles acham que nós somos sossegados [...] (PC/BC, entrevista jovens, 2017).

Outro jovem fez um relato sobre sua experiência de sair, mas o que o impulsionou a voltar:

Eu nasci e cresci aqui com meus pais, quase sempre na lavoura. Sempre ajudei o pai e a mãe nas coisas de casa e no início desse ano eu passei no vestibular, decidi cursar Engenharia Florestal em Irati, mas não me adaptei muito bem, acabei ficando apenas 04 meses lá. Daí eu resolvi voltar pra casa. Sempre tive o apoio dos meus pais, tanto pra ir quanto pra voltar. Agora que estou aqui pretendo continuar trabalhando com meu pai, mas também quero poder plantar uma área pra mim, pra começar a ganhar meu próprio dinheiro e poder investir no meu futuro, (MK, 2017).

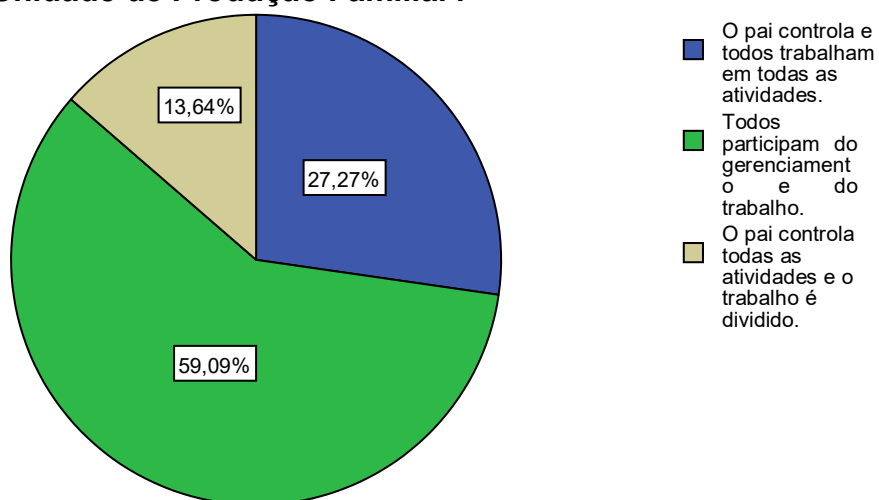
Sobre a importância do papel da mulher na agricultura familiar:

O projeto trouxe essa mudança pra gente, pra trabalhar mais com a parte agroecológica, meio ambiente, se preocupando com a saúde, com o bem estar de todos e também a importância feminina nessa área. Eu acho que a presença da mulher é muito importante em qualquer lugar né, mais do que nunca na agricultura familiar, a gente dando força ajudando e fazendo de tudo para cada vez ir melhorando. (E, entrevista jovens, pesquisa de campo 2017).

A figura 14 apresenta algumas percepções evidenciadas pelos pais sobre o gerenciamento da propriedade, sendo que 59,09% afirmam que todos fazem parte do gerenciamento da propriedade. Um dado pertinente é que 52,38% das filhas alegam terem as mesmas chances que os rapazes na sucessão geracional.

Figura 14 – Gestão da propriedade e sucessão geracional na ótica dos pais.

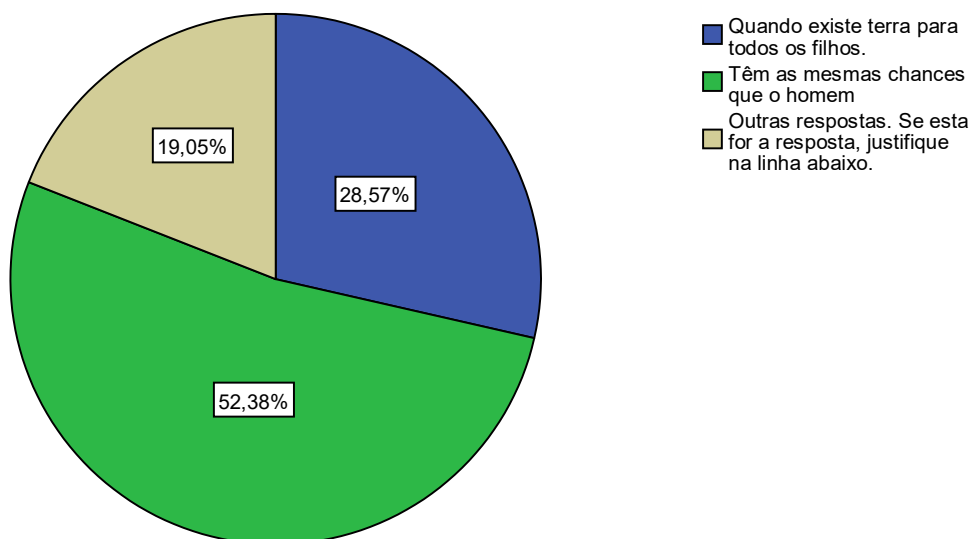
Como é a divisão e o gerenciamento do trabalho na Unidade de Produção Familiar?



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 15 – Gestão da propriedade e sucessão geracional na ótica das filhas.

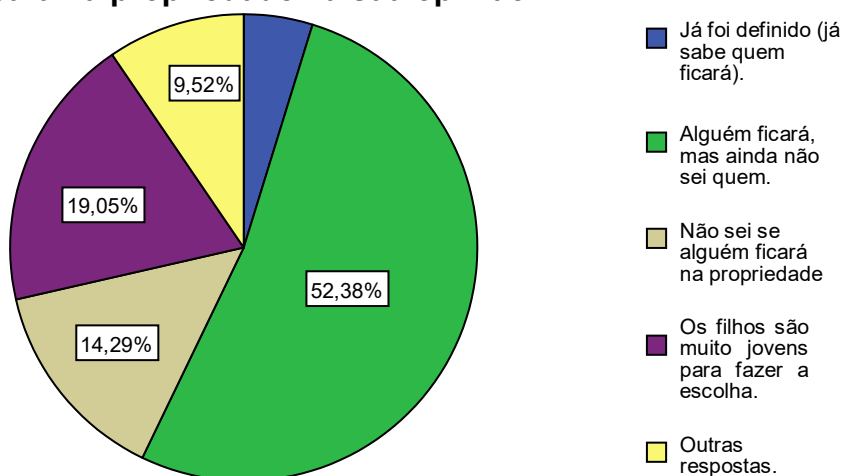
Qual a possibilidade das filhas serem as sucessoras da propriedade?



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 16 – Gestão da propriedade e sucessão geracional na ótica das filhas.

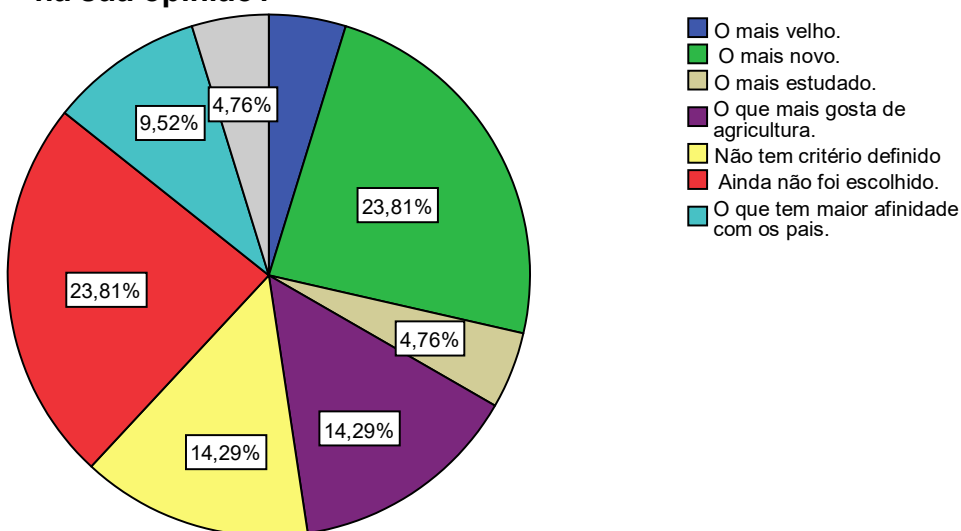
Quem ficará na propriedade na sua opinião?



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 17 – Gestão da propriedade e sucessão geracional na ótica das filhas.

Quem foi ou será escolhido como sucessor da propriedade na sua opinião?



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

A juventude rural caracteriza-se, ainda, como um setor frágil e invisível aos olhos da família, da comunidade, da sociedade. Tais situações desestimulam o jovem a permanecer no meio rural. Segundo Weisheimer (2005, p. 08):

A “situação de invisibilidade” a que está sujeito esse segmento da população se configura numa das expressões mais cruéis de exclusão social, uma vez que dessa forma esses jovens não se tornam sujeitos de direitos sociais e alvos de políticas públicas, inviabilizando o rompimento da própria condição de exclusão.

Apesar de todo peso trazido pela juventude pelo seu pouco reconhecimento, a “Juventude rural é uma categoria particularmente reveladora dessa construção de hierarquia social” (CASTRO, 2009, p.194). Os jovens têm se colocado em situações de busca de novos horizontes, reivindicando direitos e buscando entender-se melhor enquanto jovens rurais, numa perspectiva menos cômoda e mais atuante, embora sua trajetória seja desafiadora, repleta de enfrentamentos que os fragilizam e que os obrigam a tomar decisões contra sua própria vontade.

A desvalorização do campo e a ausência de possibilidades são fatores que contribuíram para o êxodo rural, principalmente na faixa etária de 20 a 24 anos na década de 1990, sendo que a população feminina teve taxas mais elevadas que a masculina (IBGE, 2006), resultando na chamada *masculinização* do campo. Para Strapasolas:

Uma das mudanças mais importantes na condição das mulheres e um dos fatores mais decisivos da transformação desta condição é, sem dúvida, o aumento de jovens que ingressam no ensino secundário e superior. Este fato, pela relação com as transformações das estruturas produtivas, levou a uma modificação realmente importante da posição das mulheres na divisão do trabalho. (STRAPASOLAS, S/D, p. 20).

Uma das afirmações percebidas é que a jovem moça, ou se casa com um agricultor para sair da propriedade e obter “certa” autonomia, ou sai para estudar. Para Strapasolas (S/D, p. 21), a jovem moça vê no “acesso aos estudos a possibilidade de questionar padrões, conceitos e comportamentos, sobretudo aqueles que restringem a sua liberdade no meio rural”.

A população feminina residente no meio rural é menor que a masculina, mas não de forma tão significativa. É necessário considerar o fato de estar havendo a masculinização no campo. Ao contrário do que se previa, após décadas do início do processo de modernização, a agricultura familiar manteve-se como uma categoria no campo, situação esta que contraria o teorizado por muitos, de que o setor familiar do campo estaria fadado à extinção.

A juventude, para permanecer no meio rural e fortalecer o desenvolvimento local, precisa de condições favoráveis. Estas passam pela autonomia nos espaços

de tomada de decisão e de planejamento estratégico, e por atividades que alterem o *status quo* de meros coadjuvantes dos acontecimentos para atores sociais imersos nos questionamentos e inspirados em transformações que sua realidade necessita, instituindo um valioso capital social. É de suma importância para o jovem rural o reconhecimento da família e de sua comunidade sobre suas capacidades e, sobretudo, de suas habilidades, competências e talentos.

Para tal intento, o jovem precisa adquirir novos conhecimentos, criar ambientes e espaços próprios de diálogo sobre questões pertinentes aos seus interesses (o Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná deveria priorizar tal intento) e preparar-se para defendê-las nos espaços da dinâmica territorial, ampliando sua visão de mundo – para difundir a democracia exercida pela Territorialidade.

O Projeto de Diversificação das Áreas Cultivadas com o Tabaco, enfatizou o trabalho com grupo de mulheres e jovens. Em 2015, no município de Guamiranga, em consonância com o Projeto de ATER, na ocasião a instituição CEDEJOR ainda estava ativa, foram realizados alguns encontros de formação cujo objetivo foi dialogar com os jovens sobre suas perspectivas, vocação e análise de conjuntura para compreender o contexto além daquele percebido durante as visitas às propriedades e, por conseguinte, foram ministradas oficinas de elaboração de projetos de geração de renda, sendo uma das demandas centralizadoras para sua autonomia e perspectiva de permanência na propriedade.

O trabalho desenvolvido no Projeto visa ampliar o conhecimento dos jovens rurais na perspectiva de provocar um novo olhar sobre o rural e motivá-los a construir instrumentos que lhes permitam planejar um empreendimento econômico viável, sustentável, em sintonia com a identidade da comunidade/município/Território em que vivem, com caráter formativo/educativo e que possa ser reproduzido em escala maior, fortalecendo ideias inovadoras para multiplicar e replicar entre outros jovens.

Nas oficinas realizadas trabalhou-se na perspectiva de que o projeto de geração de renda e de vida do jovem esteja contextualizado ao mundo rural em permanente transformação, às questões da agricultura familiar, desenvolvimento rural sustentável, territorialidades e de juventudes rurais. O projeto desses jovens possui inter-relação com a Unidade Familiar de Produção e de suas relações com

seus familiares. Ao mesmo tempo, leva-se os jovens a refletir sobre um espaço rural menos setorial e mais atualizado e dinâmico, não focados apenas na agricultura, mas refletindo sobre as atividades não-agrícolas, em interface com abordagens de desenvolvimento rural sustentável e da multifuncionalidade/pluriatividade, elementos que são geradores de oportunidades a esses jovens.

A formação direcionada aos jovens em 2015 perpassou desde o conhecimento e valorização de suas identidades até a agricultura familiar e territorialidade. Também abordou projetos de geração de renda, oportunidades e possibilidades de mercados, políticas públicas e gestão dos seus empreendimentos, considerado um dos grandes gargalos que fragilizam a agricultura familiar.

Neste capítulo destaca-se a Carta aberta da juventude rural, que apresenta percepções e olhares dos jovens sobre o ser jovem na região de abrangência desta pesquisa. No decorrer do evento foi percebida a fragilidade em relação ao Projeto de Diversificação *versus* intersectorialidade. Não houve participação efetiva do poder público no evento, representada de maneira singela pelo Secretário de Agricultura de Irati. Nota-se o distanciamento da SEAB, EMATER, Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná, Prefeituras e suas Secretarias do Projeto de ATER. O sonho de haver uma comunhão entre as entidades, de trabalharem por um objetivo único fica ainda distante. Um dos grandes desafios é reascender a chama do Conselho Gestor, fazer com que sua execução seja plena no estreitamento das tramas da rede, não só de juventude, mas de todos os atores do Território.

Mediante a questão da territorialidade apresentada neste trabalho e as relações nela existentes, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com lideranças que fizeram e que fazem parte da rede de atores sociais vinculados ao Território direta ou indiretamente. Na ocasião eles foram questionados sobre seus olhares em relação ao jovem rural e suas participações nas ações do Conselho Gestor e sua importância para a agricultura familiar.

Na primeira questão colocada às lideranças sobre qual a percepção da participação juvenil no Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná e como os conselheiros “percebem” a juventude dentro dessas instâncias de participação social, uma das entrevistadas que atuou no CEDEJOR de 2009 a 2011 afirmou:

Comecei a acompanhar o Território Centro-Sul do Paraná em 2008, com minha contratação pelo CEDEJOR para a aplicação do Projeto Jovens Rurais em Movimento - PJRM, aprovado pelo Território Centro-Sul do

Paraná junto ao MDA. Ou seja, a preocupação com a participação juvenil era anterior a esta data, pois o PJRM já estava aprovado. No entanto, até o início do projeto (a liberação dos recursos só ocorreu em 2009) a participação juvenil era mínima, mas havia uma grande expectativa dos conselheiros quanto ao início do projeto para o estímulo da participação juvenil. A partir do início do Projeto Jovens Rurais em Movimento, a participação tornou-se significativa, pois o projeto exigia isso dos bolsistas e garantia recursos para deslocamento e alimentação. Não tenho como dizer se a participação se manteve após o término do projeto, pois não estava mais na região. A juventude ainda era percebida como uma perspectiva de futuro. Futuro da agricultura familiar e futuro da participação dentro das instâncias do Território Centro-Sul do Paraná. Logo, sempre cabe à juventude a continuidade de algo, ainda que esta continuidade seja percebida também como a possibilidade de agregação de novos elementos e habilidades, como maior capacitação técnica e acesso a tecnologias, sejam produtivas ou não. (HM, 2017).

Outro entrevistado relatou o seguinte:

Na posição de articulador e assessor do Território Centro-Sul no período de 2008 a 2013 eu tenho pra dizer que a participação da juventude foi sempre tímida, dificilmente uma instituição que compunha o conselho nomeava conselheiros jovens. Não me recordo agora em números, mas raras exceções tinham jovens conselheiros. O que houve com o passar do tempo foi a criação da câmara territorial de juventude que acredito eu que teve uma atuação mais forte de 01 a 02 anos, no máximo, e que tentou movimentar a juventude de algumas instituições e unir alguns trabalhos conjuntos. A gente tinha instituições dentro do conselho que atuavam com juventude, a exemplo do CEDEJOR, do ING, Instituto Equipe, o Instituto Federal do Paraná, a Universidade, mas boa parte dessas instituições não nomeavam jovens como conselheiros. (MRG, 2017).

Segundo relato de um dos atores que estão hoje diretamente ligados a questões burocráticas do referido território:

Atualmente não há presença da juventude dentro do Conselho Gestor. Há alguns anos funcionou a câmara técnica da juventude, alguns dos participantes do conselho que eram jovens se organizaram e promoveram algumas atividades, principalmente recreativas que atraíram os jovens, e que estimulavam os mesmos a participarem das reuniões e do debate de assuntos referentes ao desenvolvimento rural do nosso território. Infelizmente, devido a alguns problemas de organização, as atividades acabaram sendo encerradas e assim também os jovens se distanciaram do conselho. Outro ponto que influenciou esse afastamento é o fato de que a maioria dos jovens representava alguma organização ou entidade civil, as quais estão distantes do Conselho, pois há pouco incentivo para locomoção ou alimentação e, quando há, são de programas que fomentam apenas algumas das atividades. (MRG, 2017).

Em relação ao questionamento sobre o papel do jovem na agricultura familiar e como isso pode estar relacionado à sua participação em instâncias de planejamento e tomada de decisões, como é o caso do Conselho Gestor, um dos entrevistados afirmou:

O papel do jovem na agricultura familiar ainda é muito restrito ao fornecimento de força de trabalho. Além disso, mais uma vez, ele é o futuro, a possibilidade ou não de sucessão. Mas a sucessão só ocorre com o casamento, com a aposentadoria ou morte do chefe da propriedade (via de regra o pai), ou seja, com o acesso à própria terra. Assim, a participação dos jovens nas decisões familiares é rara, e mais rara ainda fora da propriedade familiar. Esta falta de participação nos processos decisórios e do acesso à renda oriunda do trabalho familiar é identificada como uma das maiores causas do êxodo rural juvenil. Todo o trabalho do Programa Empreendedorismo do Jovem Rural – PEJR e Projeto Jovens Rurais em Movimento - PJRM tinha como foco a mudança desta lógica. E em grande medida também o Projeto Gestão, Trabalho e Renda para Jovens Rurais do Centro-Sul do Paraná (desenvolvido junto à Unicentro), foram iniciativas que lutaram contra esta lógica maior da agricultura familiar, mas com grandes dificuldades. Os jovens que conseguiram, dentro da propriedade familiar, alterar esta dinâmica, também sentiram a necessidade de participação em outras instâncias. Em casos raros, jovens que sentiam a necessidade de maior participação (dentro e fora da propriedade), mas que não conseguiram esta participação dentro da propriedade, se envolveram em questões do Território, mas acabaram deixando a propriedade familiar em busca de autonomia financeira. (HM, 2017).

Ainda sobre o papel da juventude para a agricultura familiar, relatou-se que:

A respeito do papel da juventude na agricultura familiar, tenho pra mim que esse segmento é de suma importância pra perpetuação da agricultura familiar. A gente percebe números assustadores do êxodo rural, as comunidades do interior cada vez menores, as propriedades estão sem estimativa de sucessão, então a gente pode perceber um cenário pra daqui 30 anos que a agricultura familiar vai diminuir consideravelmente, principalmente pela falta de ações estruturantes de sucessão familiar e de motivos e ferramentas pra manter o jovem agricultor familiar no campo. De fato, a concorrência é muito grande, haja vista que o interior ainda sofre graves penalizações de acesso à tecnologia, a bens básicos como saúde, estrada, educação, então o jovem por vezes busca sair do interior e ir pra cidade pra ter acesso a esses bens básicos. E, então eu vejo que o papel da juventude é muito importante e se os números continuarem se desenrolando como tem se desenrolado, o cenário futuro não é muito favorável para a agricultura familiar sem a presença da juventude no campo. (MRG, 2017).

A configuração territorial prevê a atuação de todos os atores sociais na discussão e no enfrentamento dos seus problemas comuns. Neste contexto, ações diretas voltadas à juventude rural no território estão estagnadas e sem avanços significativos. Há ações isoladas, mas é necessário ações efetivas que tornem a juventude visível e respeitada pela sociedade, pelas suas especificidades e particularidades, e que protagonize experiências e atitudes junto a outros atores sociais no que concerne a projetos de vida, vocação, participação social, política, geração de renda e felicidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o fortalecimento da agricultura familiar há algumas pedras no caminho que desafiam técnicos de ATER e a população em geral sobre a capacidade de pensar estratégias para lutar contra o sistema avassalador do agronegócio e as visões estáticas, conformadas com a condição atual de vida. Nessa pesquisa não se avançou suficientemente na discussão sobre as dimensões ideológicas que circundam e descaracterizam o ser jovem rural, desconsiderando sua cultura e dando lado a um comportamento contrário à sua realidade. Ressalta-se também a limitação de não se tratar sobre a dimensão tecnológica enraizada na mente dos jovens, com comportamentos que nem sempre condizem com a realidade da região, ou seja, ostentar tecnologicamente na tentativa de se igualar a uma minoria existente no país. No futuro seria uma possibilidade de prosseguir com essa pesquisa, aprofundando leituras e saberes sobre a antropologia e questões culturais e ideológicas que convivem no meio rural.

Em relação ao Projeto de Diversificação das Áreas Cultivadas com o Tabaco implementado no Território Centro-Sul do Paraná, apresentado nessa pesquisa, no município de Guamiranga, ressalta-se a importância das redes e parcerias entre instituições executoras do Projeto de Diversificação. O termo agricultura familiar incorpora várias categorias de conceitos trazidos pelos pesquisadores, órgãos governamentais e pela legislação pertinente à agricultura familiar. Por sua vez, as organizações sindicais, nesse caso, a FETRAF-PR, trazem elementos mais subjetivos a essa conceituação. Incorporam elementos como a valorização do seu espaço de trabalho e de vida, a cultura, a sua história e trajetória, a produção de alimentos, o conhecimento popular e a diversidade de saberes, buscando a superação de uma condição social inferiorizada que historicamente foi atribuída à juventude rural.

Para o desenvolvimento do Território há um fator imprescindível que precisa ser retomado para a própria validação do que é, de fato, desenvolvimento territorial e dar luz e vida às ações e estratégias para esse desenvolvimento – o de fortalecimento do tecido sócio-organizativo atrelado à juventude. A participação efetiva da juventude nas diversas instâncias de diálogo e tomada de decisões incrementará e inovará as ações territoriais, além de fortalecer e dignificar as demandas desse público.

Esta pesquisa mostra a importância das relações territoriais comungarem e dialogarem entre si para se avançar na efetividade de políticas com participação dos jovens e de suas famílias, fortalecendo suas redes em torno de ações concretas que visem o fortalecimento da agricultura familiar e de toda trama na qual ela está inserida.

Tais condições deveriam levar os atores e instituições envolvidos nessa rede a assumirem o compromisso social de mudança, com sentimento de pertença da juventude à agricultura familiar e ao meio rural. Os jovens e suas famílias devem estar permanentemente envolvidos por iniciativas e projetos implementados pelas entidades não governamentais, conforme mencionado neste texto, firmando valores, fortalecendo a socialização dos jovens com suas famílias e seu entorno, para que ações já executadas no Território Centro-Sul do Paraná se tornem capazes de reacender, dinamizar e concretizar os sonhos por mudança dos jovens e de suas famílias de agricultores familiares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo *et al.* **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo (org.). **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: NEAD, 2001.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. Campinas: Hucitec, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Ruralidade e desenvolvimento territorial**. Artigo publicado na Gazeta mercantil, em 15 abr. 2001. Gazeta mercantil, 2001. Disponível em: <<http://ricardoabramovay.com/ruralidade-e-desenvolvimento-territorial/>>. Acesso em 20 out. 2018.

BIANCHINI, Valter. **Curso de formação em Sindicalismo**. Curitiba: DESER, 2017.

BIANCHINI, Valter. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf e a Sustentabilidade da Agricultura no Vale do Ribeira – Paraná**. 2010. 189p. Tese de Doutorado (Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

BRASIL. IBGE. **Censo Agropecuário 2006**: agricultura familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: MDA; MPOG, 2006.

BRASIL. IBGE. **Censo Agropecuário 2017**: resultados preliminares. 2017. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>>. Acesso em 06 ago. 2018.

BRASIL. IBGE. **Estimativa da população publicada pelo DOU. 2017**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>>. Acesso em 15 out. 2017.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar. Ética do humano – compaixão pela terra para a nova era**. 14. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

BONATO, Amadeu. **A Fumicultura e a Convenção-Quadro**: desafios para a diversificação. Curitiba: DESER, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2005.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n.1, pp. 205-227, jan./abr. 2000.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultura familiar. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.9, ano 9, pp. 22-55, 2. sem. 2001.

CASTRO, Elisa Guaraná. **Processos de construção da categoria Juventude rural como ator político**: participação, organização e identidade social. *In: Reunião Brasileira de Antropologia*, 26, 2005, Porto Seguro. Porto Seguro: 2005.

CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de ciências sociais**, Ninez y juventude, Bogotá, v.7, n.1, pp. 179-208, ene-jun, 2009.

DESER. A cadeia produtiva do fumo. **Revista Contexto Rural**, Curitiba, n. 5, 2005.

FÁVARO, Jorge Luiz. **Geografia da política de desenvolvimento territorial rural**: sujeitos, institucionalidades, participação e conflitos no território da cidadania Paraná Centro. 2014. 380 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra. Curitiba, 2014.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra; 2015.

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, T. Denise (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – planejamento e gestão para o desenvolvimento rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GERMER, Claus. A irrelevância prática da agricultura familiar para o emprego agrícola. *In: Workshop teórico da economia política da agricultura*, 1996, Campinas. *Anais...* Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GONZÁLEZ. M. Gabriela. **Linha do tempo da agricultura brasileira**. IICA/Brasil. S/D. Disponível em: <http://www.iica.org.br/Docs/Noticias/IICADivulgaDocumentosRefletemAgriculturaBrasil_Linha_Tempo_Portugues.pdf>. Acesso em 21 mai. 2017.

ICAF. Instituto de Cooperação da Agricultura Familiar. **Proposta técnica para concorrer ao lote nº 13** - Chamada Pública SAF/ATER nº 06/2013. Chapecó-SC, 2013.

IPARDES. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**. Disponível em: <<http://ipardes.gov.br>>. Acesso em: 16 out 2017.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise, n. 15. Rio de Janeiro: IPEA, 2008. Disponível em: <www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps15/16complet.pdf>. Acesso em 17 out. 2017.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional: do mito à realidade. v. II. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LEFF, Enrique. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. **Revista Educação x realidade**, v. 34, n.3, p. 17-24, set./dez. 2009.

LONG, Norman. **Sociologia del desarrollo: uma perspectiva centrada en el actor**. Trad. Horácia Fajardo, Magdalena Villa Real y Postora Rodriguez. México: Centro de investigaciones y estudios superiores em antropologia social: El Colegio de San Luis, 2007.

MOREIRA, Roberto J. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro/Seropédica: MAUAD/CPDA, 1999.

MYNAYO, Maria Cecília (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Opções de políticas e recomendações sobre alternativas economicamente sustentáveis para o cultivo do tabaco** (com relação aos artigos 17 e 18). Disponível em: <http://www.who.int/entity/fctc/treaty_instruments/policyoptionsrecommendations_articles17_18_COP6>. Acesso em 17 jun. 2018.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. Campinas: Papyrus, 1997. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho pedagógico).

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição – pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista - 1786-1888**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.

PICOLOTTO, Everton Luiz. Os atores na construção da categoria familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, supl.1, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600004#nt13>. Acesso em 20 jun. 2017.

POLANYI, Karl. **A nossa obsoleta mentalidade mercantil**, v. 3, pp. 109-117, fev. 1947. Disponível em: <http://www.adelinotorres.info/desenvolvimento/Karl%20Polanyi_A%20nossa%20obsoleta%20mentalidade%20mercantil.pdf>. Acesso em 01 out. 2017.

PONTES, Beatriz. A organização da unidade econômica complexa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 7, jul./dez. 2005.

REDIN, Ezequiel. O campesinato revisitado: contribuição para compreensão da agricultura contemporânea. *In: Sociedade Científica, Cultural e Educacional (SOBER)*, 48, 2010, Santa Maria. Apresentação oral - Agricultura Familiar. Santa Maria: UFSM, 2010.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller.1999.

SAUVÉ, Lucie. Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável: uma análise complexa. **Revista de Educação Pública**, Cuiaba, v. 10, jul./dez. 1997. Disponível

em:<http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev10/educacao_ambiental_e_desenvolvim.html>. Acesso em 18 out. 2017.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SCHENEIDER. Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHENEIDER. Sérgio. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 13, n. 27, pp. 14-23, mai./ago. 2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

SILVA H. O. A agricultura familiar: comparação internacional. Vol. I: uma realidade multiforme e A agricultura familiar: comparação internacional. Vol. II: do mito à realidade, de Hugues Lamarche (coord.). **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.2, pp. 161-167, jun. 1999. Disponível em: <www.redalyc.org/articulo.oa?id=23801212>. Acesso em: 24 jun. 2017.

SILVA; José Alencar. **A importância e a urgência da diversificação de produção em áreas que produzem tabaco no Brasil**. Secretaria Executiva da Comissão Nacional para implementação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. Instituto Nacional do Câncer. Rio de Janeiro: INCA, 2014.

STRAPASOLAS; Valmir. Juventude rural: uma categoria social em construção. *In*: **Congresso Brasileiro de Sociologia**, XII, 2005, Belo Horizonte. *Anais...* GT 22: Sociologia da infância e juventude. Belo Horizonte: SBS, 2005.

VEIGA, José Eli *et al.* **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: FAO/INCR, 1994.

VEIGA, José Eli. **O novo rural brasileiro**. Disponível em: <www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf>. Acesso em: 01 out. 2017.

VITORINO, Casemiro. **Celibato no campo**. Documentário. S/D. 52 minutos.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In*: **Encontro Anual da ANPOCS**, XX, 2017, Carambu. *Anais...* (GT 17. Processos Sociais Agrários). Caxambu – MG: ANPOCS, 1996. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/o/899445>>. Acesso em 21 out. 2017.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes Rurais**: mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

WELLER, Vivian *et al.* Karl Mannheim e o método documentário de interpretação: uma forma de análise das visões de mundo. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 17, n. 2, pp. 375-396, dez. 2002.

WELLER, Vivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 25, n. 2, ago. 2010.

WELLER, Vivian; OTTE, Janete. Análise de narrativas segundo o método documentário - exemplificação a partir de um estudo com gestoras de instituições públicas. **Revista de Ciências Sociais – Civitas**, v.14, n. 2, pp. 325-349, mai./ago. 2014.

ANEXO A – CARTA ABERTA DA JUVENTUDE

I ENCONTRO SOBRE A JUVENTUDE NA REGIÃO CENTRO-SUL DO PARANÁ

CARTA ABERTA DA JUVENTUDE

Nós, jovens presentes no Primeiro Encontro da Juventude na Região Centro-Sul do Paraná, realizado no dia 27 de maio de 2017, em Irati – PR, aprovamos e divulgamos esta Carta Aberta às nossas Famílias, às Organizações representativas da Agricultura Familiar, às autoridades federais, estaduais e municipais e à toda população da região Centro-Sul, do Paraná e do Brasil.

Na nossa região, a agricultura familiar é a principal produtora da riqueza, da renda e dos alimentos consumidos pela população das cidades. E a juventude representa 25% dessa agricultura familiar. Ou seja, é impossível falar em agricultura familiar e em desenvolvimento rural sem falar na juventude.

Nós somos o futuro da agricultura e da nossa região, mas também nós já somos o presente. Por isso, queremos ser respeitados e valorizados, como jovens, como filhos e filhas de agricultores e como agricultores e agricultoras que também somos.

Somos uma geração que aprendeu com nossos pais e nossos avós que a história se faz com a construção de oportunidades, que a história se faz com teimosia e resistência às adversidades, que a história se faz com organização e luta.

Somos uma geração que conquistou o direito de estudar, mas nós também trabalhamos e resistimos porque acreditamos em um mundo melhor, uma agricultura com mais dignidade para nós jovens, para nossos pais e para nossos filhos.

Somos jovens que queremos sentir orgulho do que nós somos e do que nós fazemos.

Queremos ter o direito, a capacidade de escolher e o orgulho de permanecer na agricultura, continuando, muitas vezes de um jeito novo e diferente, a profissão e o trabalho dos nossos pais. Sentimos muito orgulho de ser filhos e filhas, netos e netas dessas gerações que bravamente lutaram para que nós pudéssemos ser o que somos, ter o que temos e fazer o que fazemos.

Mas, queremos também dizer que não queremos e não vamos nos acomodar com a realidade que herdamos. Queremos mais. Queremos que seja ainda melhor. Nossa opção pela vida e pelo trabalho na agricultura será ainda mais forte se nela houver melhores condições de vida, maior acesso a tudo o que representa cidadania e qualidade de vida. Se houver renda mais justa. Se houver mais respeito e maior valorização.

Por isso, nesta Carta Aberta, vamos deixar bem claro o que nós, jovens, queremos.

E, em primeiro lugar, queremos nos unir junto com toda a juventude brasileira e com toda a população brasileira para dizer que não podemos aceitar ser governados por um Governo corrupto, imoral e traidor do povo e dos trabalhadores. Somos contra as Reformas da Previdência Social!

Pelo nosso futuro e pela preservação das históricas conquistas fruto da luta de nossos pais e nossos avós, nós também afirmamos e lutamos: “Nenhum direito a menos”.

Dos nossos governantes municipais, estaduais e federais, tanto aqueles que já estão no Governo, como aqueles que no futuro serão Governo, pela importância que tem a juventude, nós exigimos:

- Reconheçam publicamente e com ações concretas que a Juventude existe, que a Juventude tem importância, que a Juventude precisa ser respeitada, que o nosso jeito de ser e de viver precisam ser respeitados e que, portanto, políticas específicas para a Juventude precisam ser efetivadas. É fundamental que os governos confiem na juventude.
- Garantia do reconhecimento e valorização do trabalho da juventude na agricultura, como um processo de aprendizado para a vida e também como fonte de renda, ressalvados os trabalhos perigosos e insalubres.
- Políticas de acesso à terra, por meio da implementação da reforma agrária e do Programa Nacional de Crédito Fundiário, com mais recursos e menos burocracia.
- Apoio com políticas públicas para a promoção da diversificação, da produção agroecológica e agroflorestal, com garantia de renda e de preservação ambiental e da agrobiodiversidade. Destacamos a importância da continuidade e ampliação dos programas de assistência técnica, de apoio à Gestão das Unidades Produtivas, de Certificação, dos programas de financiamento por meio do Pronaf e, com destaque, ao Pronaf Jovem, de programas de agregação de valor, de agroindustrialização e de inspeção sanitária, programas que garantam a comercialização e a garantia de acesso ao mercado, a exemplo do PAA e o PNAE e de políticas que garantam maior controle sobre o preço dos insumos, bem como de políticas que garantam preços justos aos agricultores.
- Garantia de acesso à educação com qualidade, promovendo-se uma revisão e readaptação nos métodos de educação e nos currículos escolares, de tal forma que valorizem a agricultura e a produção de alimentos saudáveis. Para tanto será necessário um amplo processo de capacitação dos educadores.
- Garantia de acesso à informação e à comunicação, incluindo a acesso ao sinal de celular e de internet.
- As prefeituras e os seus organismos precisam ser mais acessíveis à agricultura familiar e à juventude.
- Garantia da preservação de todos os direitos conquistados, de modo muito especial, neste momento, dos direitos previdenciários.

Para as lideranças e dirigentes das organizações representativas da agricultura familiar queremos dizer, com toda a franqueza que nos caracteriza:

- A juventude é uma parte imprescindível da agricultura familiar. Por isso, ousamos dizer que “não existe agricultura familiar sem juventude” e que “não tem como defender a agricultura familiar deixando de lado a juventude”. Mas, nós jovens somos diferentes das pessoas adultas e das pessoas idosas. Por isso, nos sindicatos, nas cooperativas e nas associações precisamos ser tratados de forma diferente.

Simplesmente porque nós somos jovens e queremos ser respeitados e valorizados por aquilo que somos.

- As organizações precisam abrir espaços para que os jovens participem e sejam ouvidos.
- Organização de atividade de capacitação, seminários e intercâmbios sobre temas de interesse da agricultura familiar e da juventude, como por exemplo, diversificação da produção, agroecologia, manejo agroflorestal, gestão da propriedade, cooperativismo, legislação ambiental e outras.
- Valorização do debate e elaboração de propostas para a educação do campo.
- Devem ser criados e fortalecidos os coletivos ou comissões de juventude para realização de debates e diálogos, de atividades concretas, atividades de recreação e de lazer e também para mostrar experiências e iniciativas concretas.
- Os sindicatos devem defender de forma intransigente os direitos e interesses da agricultura familiar, neles incluídos os direitos e interesses da juventude rural.
- Promover ações para os jovens, com os jovens e a partir dos interesses e necessidades dos jovens e que estas atividades sejam atrativas para os jovens.

Aos nossos queridos pais e queridas mães, nossa palavra e nosso desejo são os seguintes:

- Queremos, da parte de nossos pais, a sua compreensão e aceitação de novas visões de mundo. Que não nos impeçam a abertura de espaço e pensamento. O incentivo para que lutemos pela agricultura familiar, que participemos de movimentos sociais e que expressemos a nossa força na sociedade e na política. Que nossos pais tenham o cuidado para não destruir nossos sonhos e nem cabrestear nossos objetivos. E que nos deem o seu consentimento e a sua benção para uma atuação responsável e para que participemos ativamente dos destinos da nossa nação.
- Queremos a liberdade e o apoio dos nossos pais para ousarmos experimentar novas alternativas de produção e renda nas nossas propriedades.
- Queremos o incentivo de nossos pais para que nós possamos contribuir com a renda familiar, mas também com uma renda específica para nós jovens podermos ter um pouco mais de autonomia nas nossas vidas.
- Queremos o incentivo dos nossos pais nos nossos estudos, mas também na visão de que a agricultura pode e deve ser um lugar digno de viver e de trabalhar.
- Queremos que nossos pais entendam que, muitas vezes, precisamos fazer diferente deles.
- Que nossos pais tenham a coragem de nos acompanhar nas nossas atividades, ou seja, que vivam em conjunto conosco.
- Queremos mais espaço de comunicação e diálogo na nossa família.

E, finalmente, queremos conclamar a toda a juventude que vive e trabalha na agricultura, a juventude que está nas escolas e a juventude dos nossos municípios para:

- A juventude precisa ser o presente e significar a mudança. Precisa ter a capacidade de tomar iniciativas. Precisa participar.

- A juventude não pode deixar a luta morrer e nem deixar esmorecer a bravura dos que vieram antes de nós. Precisa ser a vida, a voz e o coração na manutenção e na conquista de direitos. A juventude precisa continuar a ser ação presente.
- A juventude precisa se formar, capacitar e se organizar para realizar a transformação.
- A juventude também deve ter consciência da igualdade de gênero, da valorização e empoderamento da mulher.
- Organizar, em cada um dos municípios, coletivos, comissões e grupos de jovens, que se reúnam de forma regular e sistemática, para debater e encaminhar ações de interesse da juventude.
- Participar ativamente dos grêmios estudantis visando a luta por uma educação com qualidade e que respeite as especificidades da agricultura familiar e da juventude.
- Participação da juventude nos diversos conselhos de políticas públicas, como o Conselho de educação, de saúde, de desenvolvimento rural e outros.
- Criação, em cada Sindicato, da Coordenação ou Secretaria da Juventude.
- Criação mais de espaço de comunicação entre os jovens, incluindo o uso consciente da internet e das redes sociais.
- Organizar o II Seminário da Juventude em 2018.

Com a convicção de quem resiste e insiste para ter a “certeza na frente e a história na mão”, nós, jovens da região Centro-Sul do Paraná, queremos assumir o compromisso de não parar aqui. Animados por este Encontro e pela confiança que temos na nossa capacidade e na capacidade de todos os que se dispõem a nos apoiar, afirmamos que não nos omitiremos na nossa tarefa de contribuir para a construção de um Mundo Melhor, mais solidário, mais fraterno e mais digno.

VIVA A AGRICULTURA FAMILIAR

VIVA A JUVENTUDE DA AGRICULTURA FAMILIAR

JUVENTUDE ORGANIZADA, SOCIEDADE TRANSFORMADA.

IRATI (PR), 27 de maio de 2017

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIOS DE PESQUISA

QUESTIONÁRIO SOBRE A SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR E PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO CAMPO: DA INVISIBILIDADE AO PROTAGONISMO

Este questionário é parte integrante de um projeto de pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – PPG-DRS, nível mestrado. Os dados obtidos serão utilizados para análise e reflexão sobre as contribuições do Programa da ATER Diversificação das Áreas Cultivadas com o Tabaco no enfrentamento das fragilidades e limitações de jovens do gênero feminino para sua permanência no campo no contexto da Sucessão na Agricultura Familiar no Território Centro- Sul do Paraná. O projeto está vinculado à Linha de Pesquisa *Desenvolvimento Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade Rural*. As informações aqui repassadas ficarão em sigilo e anônimas, sendo seu conteúdo apenas destinado ao projeto de mestrado para o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – UNIOESTE. O questionário é uma adaptação da pesquisa de ABRAMOVAY, Ricardo. **Impasses sociais da Sucessão hereditária na Agricultura familiar**. 2001 aplicada no Oeste Catarinense pela EPAGRI; Centro de Pesquisas para Pequenas Propriedades – CPPP; Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA; Secretaria da Agricultura Familiar/SAF; Núcleo de Estudos e desenvolvimento Rural/NEAD.

Pesquisadores responsáveis: CRISTIANE TABARRO e ALVORI AHLERT.
INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO
ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA.

CRISTIANE TABARRO. Telefone: (042) 9119 7146
Av. Augusto Gomes, 567, Apto. 08 Centro.
CEP: 84.435-000 Guamiranga – PR

ALVORI AHLERT. Telefone: (45) 8411-1665
Rua Sete de Setembro, 3333. Bairro Itamaraty.
CEP: 85.960-000 – Marechal Cândido Rondon – PR

QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS PAIS DOS JOVENS

Nomes: _____

Comunidade: _____

1. Você estimula seus filhos (as) a serem agricultores (as)?

<input type="checkbox"/>	Estimula os filhos a serem agricultores.
<input type="checkbox"/>	Estimula só um filho a ser agricultor.
<input type="checkbox"/>	Desestimula seus filhos a serem agricultores.
<input type="checkbox"/>	Não influencia os filhos nem a favor e nem contra.
<input type="checkbox"/>	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

2. Quem ficará na propriedade na sua opinião.

<input type="checkbox"/>	Já foi definido (já sabe quem ficará).
<input type="checkbox"/>	Alguém ficará, mas ainda não sei quem.
<input type="checkbox"/>	Não sei se alguém ficará na propriedade.
<input type="checkbox"/>	Ninguém ficará e não sei o que fazer com a propriedade.
<input type="checkbox"/>	A propriedade será vendida.
<input type="checkbox"/>	A propriedade será arrendada.
<input type="checkbox"/>	Os filhos são muito jovens para fazer a escolha.

	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

3. Quem foi ou será escolhido como sucessor da propriedade na sua opinião.

	O mais velho.
	O mais novo.
	O mais estudado.
	O que mais gosta de agricultura.
	Não tem critério definido.
	Ainda não foi escolhido.
	Mais de um sucessor.
	O que tem maior afinidade com os pais.
	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

4. Em sua opinião quem participou da escolha do sucessor.

	A escolha foi feita pelos pais.
	Só os homens participaram da escolha.
	Toda a família participou da escolha.
	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

5. Em que momento será feita a transferência do controle da propriedade?

	Quando os pais tiverem uma renda garantida.
	Quando o sucessor estiver preparado.
	Não será feita enquanto o pai tiver condições de dirigir (administrar) a propriedade.
	Não pensaram ainda.
	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

6. Como é a divisão e o gerenciamento do trabalho na Unidade de Produção Familiar?

	O pai controla e todos trabalham em todas as atividades.
	Todos participam do gerenciamento e do trabalho.
	O pai controla todas as atividades e o trabalho é dividido.
	Cada filho gerencia uma atividade e trabalha em todas.
	Cada filho gerencia e trabalha em uma atividade.
	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

7. Qual a possibilidade das filhas serem as sucessoras da propriedade?

	Quando existe terra para todos os filhos.
	Têm as mesmas chances que o homem.
	Nenhuma filha será sucessora.
	Depende do relacionamento do genro com o sogro e a sogra.
	Prefere as filhas.
	Prefere os filhos.
	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

8. Vocês teriam interesse em fazer um financiamento para adquirir uma propriedade e instalar seus filhos na agricultura?

	Sim.
	Não.
	O(s) filho (os) não querem permanecer na agricultura.
	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

9. Em relação à terra para os (as) filhos (as)...

	Ficará mais de um sucessor e a terra é o suficiente.
	Ficará mais de um sucessor e a terra não é o suficiente.
	Só existe um sucessor e a terra é suficiente.
	Só existe um sucessor e a terra não é suficiente.
	Só ficará um sucessor e os outros precisarão da terra.
	Só ficará um sucessor e os outros não querem terra.
	Nenhum filho quer ficar na propriedade.
	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

10. Qual é a origem da renda agrícola da propriedade?

	Somente da agricultura.
	Somente da pecuária.
	Da agricultura e da pecuária.
	Transformação de produtos (agroindústrias) ou outras atividades não agrícolas.
	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

11. Qual a participação da aposentadoria rural na renda total da propriedade?

	Menos de 25%
	Entre 25% e 50%
	Entre 50% e 75%.
	Mais de 75%
	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

12. Quantas pessoas moram na propriedade e trabalham fora?

	Nenhuma
	Uma
	Duas
	Três
	Quatro ou mais

Referência:

ABRAMOVAY, Ricardo. **Impasses sociais da Sucessão hereditária na Agricultura familiar**. 2001. Questionário adaptado da pesquisa aplicada no Oeste Catarinense pela EPAGRI; Centro de Pesquisas para Pequenas Propriedades – CPPP; Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA; Secretaria da Agricultura Familiar/SAF; Núcleo de Estudos e desenvolvimento Rural/NEAD.

QUESTIONÁRIO SOBRE A SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR E PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO CAMPO: DA INVISIBILIDADE AO PROTAGONISMO

Este questionário é parte integrante de um projeto de pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – PPG-DRS, nível mestrado. Os dados obtidos serão utilizados para análise e reflexão sobre as contribuições do Programa da ATER Diversificação das Áreas Cultivadas com o Tabaco no enfrentamento das fragilidades e limitações de jovens do gênero feminino para sua permanência no campo no contexto da Sucessão na Agricultura Familiar no Território Centro- Sul do Paraná. O projeto está vinculado à Linha de Pesquisa *Desenvolvimento Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade Rural*. As informações aqui repassadas ficarão em sigilo e anônimas, sendo seu conteúdo apenas destinado ao projeto de mestrado para o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – UNIOESTE. O questionário é uma adaptação da pesquisa de ABRAMOVAY, Ricardo. **Impasses sociais da Sucessão hereditária na Agricultura familiar**. 2001 aplicada no Oeste Catarinense pela EPAGRI; Centro de Pesquisas para Pequenas Propriedades – CPPP; Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA; Secretaria da Agricultura Familiar/SAF; Núcleo de Estudos e desenvolvimento Rural/NEAD.

Pesquisadores responsáveis: CRISTIANE TABARRO e ALVORI AHLERT.
INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO
ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA.

CRISTIANE TABARRO. Telefone: (042) 9119 7146
Av. Augusto Gomes, 567, Apto. 08 Centro.
CEP: 84.435-000 Guamiranga – PR

ALVORI AHLERT. Telefone: (45) 8411-1665
Rua Sete de Setembro, 3333. Bairro Itamaraty.
CEP: 85.960-000 – Marechal Cândido Rondon – PR

QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS RAPAZES

Nome: _____

Comunidade: _____

Idade: _____

1. Futuro profissional desejado por você.

Permanecer na agricultura como proprietário.
Trabalhar e morar na cidade.
Ficar no campo trabalhando em atividades não - agrícolas.
Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

2. E o que se refere ao seu futuro como agricultor.

Gostaria de ser agricultor e é certo que serei agricultor.
Prefiro outra profissão, mas provavelmente serei agricultor.
Desejo ser agricultor, mas vejo dificuldades.
Não sei se serei agricultor porque ainda não pensei nisso.
Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

3. Considerando seu grau de instrução (escolaridade), onde você acha que tem as melhores oportunidades.

No campo e na agricultura.
No campo com atividades agrícolas e não-agrícolas.
Na cidade, mas com a renda principal de atividades agrícolas.
Na cidade, em atividades da cidade (serviços, indústria, etc.).
Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

4. Qual sua opinião quanto ao nível mínimo de instrução para desempenhar a profissão de agricultor.

Saber ler e escrever.
1ª etapa do Ensino fundamental completo (4ª Série)
2ª etapa do Ensino fundamental completo (8ª Série)
Ensino médio completo.
Curso Técnico Agrícola.
Formação destinada à jovens do campo como o Cedejor, Casa Familiar Rural, Colégio agrícola, Capacitações do Programa de Diversificação das áreas cultivadas com o tabaco, etc.
Ensino Superior.
Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

5. Quem ficará na propriedade na sua opinião.

Já foi definido (já sabe quem ficará).
Alguém ficará, mas ainda não sei quem.
Não sei se alguém ficará na propriedade.
Ninguém ficará e não sei o que fazer com a propriedade.
A propriedade será vendida.
A propriedade será arrendada.
Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

6. Na sua opinião quem foi ou será escolhido como sucessor da propriedade.

O mais velho.
O mais novo.
O mais estudado.
O que mais gosta de agricultura.
Não tem critério definido.
Ainda não foi escolhido.
Mais de um sucessor.
O que tem maior afinidade com os pais.
Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

7. Quem participou da escolha do sucessor na sua opinião.

	A escolha foi feita pelos pais.
	Só os homens participaram da escolha.
	Toda a família participou da escolha.
	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

8. Quando somente um filho herdar a propriedade, como será feita a compensação aos demais irmãos.

	Não terão compensação porque o herdeiro ficará com a responsabilidade de cuidar dos pais.
	Através de capitais não-agrícolas (lotes, casas, poupança).
	Através de capitais agrícolas (animais, produtos, etc).
	Através de estudo e dinheiro.
	Todos ganharão terra da propriedade do pai.
	Será feito acerto no momento final da transmissão do patrimônio, dependendo da situação econômica de cada filho.
	O herdeiro da propriedade compensará aos demais (dinheiro, produtos, etc.).
	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

9. Em que momento deve ser feita a transferência do controle da propriedade.

	Quando os pais tiverem uma renda garantida.
	Quando o sucessor estiver preparado.
	Não será feita enquanto o pai tiver condições de administrar a propriedade.
	Não pensaram ainda.
	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

10. Diante uma nova ideia que você faça para a organização da propriedade, qual é a reação dos seus pais?

	Não aceitam nem discutir.
	Rejeitam quase sempre.
	Aceitam quase sempre.
	Não costumo fazer propostas novas.
	Discutimos em família e aceitam algumas propostas.
	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

11. Você está de acordo com os últimos investimentos realizados na propriedade?

	Não houve investimentos.
	Está de acordo com eles.
	Concorda em parte.
	Não concorda.
	Não participou das decisões.
	Você decidiu.
	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

12. Qual o seu nível de participação nas decisões da propriedade?

	Está diminuindo.
	Continua igual.
	Está aumentando.
	Você é responsável pela propriedade.
	Não participo das decisões.
	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

13. Você desenvolve atividades individuais para obter seu próprio dinheiro?

	Faço plantio e/ou criação na propriedade.
	Trabalho agrícola fora da propriedade.
	Trabalho não-agrícola dentro ou fora da propriedade.
	Não desenvolvo atividade individual.
	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

14. Qual o principal motivo para você buscar seu próprio dinheiro?

	Está se capitalizando para ter sua propriedade no futuro.
	Para seu lazer.
	Para comprar bens de uso pessoal.
	Para estudar.
	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

15. Se você tivesse recursos disponíveis, onde você aplicaria primeiro?

	Na agricultura.
	Bens urbanos.
	Comprar terra.
	Poupança.
	Uso pessoal.
	Estudos.
	Outra atividade na propriedade.
	Outra atividade fora da agricultura.
	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

16. Fora de um programa de formação de jovens agricultores no campo, você acha que há condições de se viabilizar na agricultura?

	Não há condições de se viabilizar na agricultura.
	Através de mudança de atividade.
	Através de melhor gerenciamento e melhor tecnologia.
	Mudando as atividades com melhor gerenciamento/tecnologia.
	Desenvolvendo atividades que agreguem maior valor.
	Desenvolvendo outras atividades além da agricultura.
	Herdando a propriedade do pai.
	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

17. Sua opinião sobre a quantidade e a qualidade da terra.

	A quantidade da terra a ser herdada é suficiente e boa.
	A quantidade é suficiente, mas de má qualidade.
	A quantidade é insuficiente e de má qualidade.
	A quantidade de terra é insuficiente, mas de boa qualidade.
	Não tenho condições de avaliar.
	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

18. Qual é a origem da renda agrícola da propriedade?

	Somente da agricultura.
	Somente da pecuária.
	Da agricultura e da pecuária.
	Transformação de produção e produtos frescos.
	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

Referência:

ABRAMOVAY. Ricardo. **Impasses sociais da Sucessão hereditária na Agricultura familiar**. 2001. Questionário adaptado da pesquisa aplicada no Oeste Catarinense pela EPAGRI; Centro de Pesquisas para Pequenas Propriedades – CPPP; Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA; Secretaria da Agricultura Familiar/SAF; Núcleo de Estudos e desenvolvimento Rural/NEAD.

QUESTIONÁRIO SOBRE a Sucessão na Agricultura Familiar e permanência dos jovens no campo: da invisibilidade ao protagonismo

Este questionário é parte integrante de um projeto de pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – PPG-DRS, nível mestrado. Os dados obtidos serão utilizados para análise e reflexão sobre as contribuições do Programa da ATER Diversificação das Áreas Cultivadas com o Tabaco no enfrentamento das fragilidades e limitações de jovens do gênero feminino para sua permanência no campo no contexto da Sucessão na Agricultura Familiar no Território Centro- Sul do Paraná. O projeto está vinculado à Linha de Pesquisa *Desenvolvimento Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade Rural*. As informações aqui repassadas ficarão em sigilo e anônimas, sendo seu conteúdo apenas destinado ao projeto de mestrado para o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – UNIOESTE. O questionário é uma adaptação da pesquisa de ABRAMOVAY, Ricardo. **Impasses sociais da Sucessão hereditária na Agricultura familiar**. 2001 aplicada no Oeste Catarinense pela EPAGRI; Centro de Pesquisas para Pequenas Propriedades – CPPP; Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA; Secretaria da Agricultura Familiar/SAF; Núcleo de Estudos e desenvolvimento Rural/NEAD.

Pesquisadores responsáveis: CRISTIANE TABARRO e ALVORI AHLERT.

INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA.

CRISTIANE TABARRO. Telefone: (042) 9119 7146
Av. Augusto Gomes, 567, Apto. 08 Centro.
CEP: 84.435-000 Guamiranga – PR

ALVORI AHLERT. Telefone: (45) 8411-1665
Rua Sete de Setembro, 3333. Bairro Itamaraty.
CEP: 85.960-000 – Marechal Cândido Rondon – PR

Questionário destinado às moças

Nome: _____
Comunidade: _____
Idade: _____

1. Futuro profissional desejado por você.

<input type="checkbox"/>	Permanecer na agricultura como proprietária.
<input type="checkbox"/>	Permanecer na agricultura com tempo parcial.
<input type="checkbox"/>	Trabalhar e morar na cidade.
<input type="checkbox"/>	Trabalhar na cidade e morar na propriedade.
<input type="checkbox"/>	Ficar no meio rural trabalhando em atividades não - agrícolas.
<input type="checkbox"/>	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

2. Considerando seu grau de instrução (escolaridade), onde você acha que tem as melhores oportunidades.

<input type="checkbox"/>	No campo e na agricultura.
<input type="checkbox"/>	No campo com atividades agrícolas e não-agrícolas.
<input type="checkbox"/>	Na cidade, mas com a renda principal de atividades agrícolas.
<input type="checkbox"/>	Na cidade, em atividades da cidade (Comércio, indústria, etc.).
<input type="checkbox"/>	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

3. Qual sua opinião quanto ao nível mínimo de instrução para desempenhar a profissão de agricultora.

<input type="checkbox"/>	Saber ler e escrever.
<input type="checkbox"/>	1ª etapa do Ensino fundamental completo (4ª Série)
<input type="checkbox"/>	2ª etapa do Ensino fundamental completo (8ª Série)
<input type="checkbox"/>	Ensino médio completo.
<input type="checkbox"/>	Curso Técnico Agrícola.
<input type="checkbox"/>	Formação destinada à jovens do campo como o Cedejor, Casa Familiar Rural, Colégio agrícola,

	Capacitações do Programa de Diversificação das áreas cultivadas com o tabaco, etc.
	Ensino Superior.
	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

4. Quem ficará na propriedade na sua opinião.

	Já foi definido (já sabe quem ficará).
	Alguém ficará, mas ainda não sei quem.
	Não sei se alguém ficará na propriedade.
	Ninguém ficará e não sei o que fazer com a propriedade.
	A propriedade será vendida.
	A propriedade será arrendada.
	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

5. Quem foi ou será escolhido como sucessor da propriedade na sua opinião.

	O mais velho.
	O mais novo.
	O mais estudado.
	O que mais gosta de agricultura.
	Não tem critério definido.
	Ainda não foi escolhido.
	Mais de um sucessor.
	O que tem maior afinidade com os pais.
	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

6. Quem participou da escolha do sucessor na sua opinião.

	A escolha foi feita pelos pais.
	Só os homens participaram da escolha.
	Toda a família participou da escolha.
	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

7. Quando somente um filho herdar a propriedade, como será feita a compensação aos demais irmãos.

	Não terão compensação porque o herdeiro ficará com a responsabilidade de cuidar dos pais.
	Através de capitais não-agrícolas (lotes, casas, poupança).
	Através de capitais agrícolas (animais, produtos, etc).
	Através de estudo e dinheiro.
	Todos ganharão terra da propriedade do pai.
	Será feito acerto no momento final da transmissão do patrimônio, dependendo da situação econômica de cada filho.
	O herdeiro da propriedade compensará aos demais (dinheiro, produtos, etc.).
	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

8. Em que momento deve ser feita a transferência do controle da propriedade.

	Quando os pais tiverem uma renda garantida.
	Quando o sucessor estiver preparado.
	Não será feita enquanto o pai tiver condições de administrar a propriedade.
	Não pensaram ainda.
	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

9. Diante uma nova ideia que você faça para a organização da propriedade, qual é a reação dos seus pais?

	Não aceitam nem discutir.
	Rejeitam quase sempre.
	Aceitam quase sempre.
	Não costumo fazer propostas novas.
	Discutimos em família e aceitam algumas propostas.
	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

10. Você está de acordo com os últimos investimentos realizados na propriedade?

<input type="checkbox"/>	Não houve investimentos.
<input type="checkbox"/>	Está de acordo com eles.
<input type="checkbox"/>	Concorda em parte.
<input type="checkbox"/>	Não concorda.
<input type="checkbox"/>	Não participou das decisões.
<input type="checkbox"/>	Você decidiu.
<input type="checkbox"/>	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.
<input type="checkbox"/>	

11. Qual o seu nível de participação nas decisões da propriedade?

<input type="checkbox"/>	Está diminuindo.
<input type="checkbox"/>	Continua igual.
<input type="checkbox"/>	Está aumentando.
<input type="checkbox"/>	Você é responsável pela propriedade.
<input type="checkbox"/>	Não participo das decisões.
<input type="checkbox"/>	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.
<input type="checkbox"/>	

12. Você desenvolve atividades individuais para obter seu próprio dinheiro?

<input type="checkbox"/>	Faço plantio e/ou criação na propriedade.
<input type="checkbox"/>	Trabalho agrícola fora da propriedade.
<input type="checkbox"/>	Trabalho não-agrícola fora ou dentro da propriedade.
<input type="checkbox"/>	Não desenvolvo atividade individual.
<input type="checkbox"/>	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.
<input type="checkbox"/>	

13. Qual o principal motivo para você buscar seu próprio dinheiro?

<input type="checkbox"/>	Está se capitalizando para ter sua propriedade no futuro.
<input type="checkbox"/>	Para seu lazer.
<input type="checkbox"/>	Para comprar bens de uso pessoal.
<input type="checkbox"/>	Para estudar.
<input type="checkbox"/>	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.
<input type="checkbox"/>	

14. Qual a possibilidade de você ser a sucessora?

<input type="checkbox"/>	Não serei a sucessora.
<input type="checkbox"/>	Quando existe terra para todos.
<input type="checkbox"/>	Têm as mesmas chances que os homens.
<input type="checkbox"/>	Quando há conflito entre os pais com os filhos homens.
<input type="checkbox"/>	Depende do relacionamento do genro com os pais.
<input type="checkbox"/>	Há preferência pelas filhas.
<input type="checkbox"/>	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.
<input type="checkbox"/>	

15. Qual sua atribuição na propriedade?

<input type="checkbox"/>	Só atividades domésticas.
<input type="checkbox"/>	Domésticas e esporadicamente na lavoura/criações.
<input type="checkbox"/>	Doméstica e lavoura/criações.
<input type="checkbox"/>	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.
<input type="checkbox"/>	

16. Se você tivesse recursos disponíveis, onde você aplicaria primeiro?

<input type="checkbox"/>	Na agricultura.
<input type="checkbox"/>	Bens urbanos.
<input type="checkbox"/>	Comprar terra.
<input type="checkbox"/>	Poupança.
<input type="checkbox"/>	Uso pessoal.
<input type="checkbox"/>	Estudos.
<input type="checkbox"/>	Outra atividade na propriedade.
<input type="checkbox"/>	Outra atividade fora da agricultura.
<input type="checkbox"/>	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.
<input type="checkbox"/>	

1. Fora de um programa de formação de jovens agricultores no campo, você acha que há condições de se viabilizar na agricultura?

	Não há condições de se viabilizar na agricultura.
	Através de mudança de atividade.
	Através de melhor gerenciamento e melhor tecnologia.
	Mudando as atividades com melhor gerenciamento/tecnologia.
	Desenvolvendo atividades que agreguem maior valor.
	Desenvolvendo outras atividades além da agricultura.
	Herdando a propriedade do pai.
	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

17. Você tem interesse em fazer um financiamento para adquirir uma propriedade e instalar-se como agricultora?

	Sim.
	Não.
	Depende das condições.
	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

18. Sua opinião sobre a quantidade e a qualidade da terra.

	A quantidade da terra a ser herdada é suficiente e boa.
	A quantidade é suficiente, mas de má qualidade.
	A quantidade é insuficiente e de má qualidade.
	A quantidade de terra é insuficiente, mas de boa qualidade.
	Não tenho condições de avaliar.
	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

19. Qual é a origem da renda agrícola da propriedade?

	Somente da agricultura.
	Somente da pecuária.
	Da agricultura e da pecuária.
	Transformação de produção e produtos frescos.
	Outras respostas. Se esta for a resposta, justifique na linha abaixo.

Referência:

ABRAMOVAY, Ricardo. **Impasses sociais da Sucessão hereditária na Agricultura familiar**. 2001. Questionário adaptado da pesquisa aplicada no Oeste Catarinense pela EPAGRI; Centro de Pesquisas para Pequenas Propriedades – CPPP; Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA; Secretaria da Agricultura Familiar/SAF; Núcleo de Estudos e desenvolvimento Rural/NEAD.

APÊNDICE B – PESQUISA QUALITATIVA

PESQUISA QUALITATIVA – ENTREVISTA APLICADA AOS REPRESENTANTES DO CONSELHO GESTOR DO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ.

1 – Qual a percepção da participação juvenil dentro do Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná? Como os conselheiros “percebem” a juventude dentro dessas instâncias de participação social?

2 – Na sua visão, qual o papel do jovem na agricultura familiar e como isso pode estar relacionado à sua participação em instâncias de planejamento e tomadas de decisões como é o Conselho Gestor?

APÊNDICE C - MÉTODO DOCUMENTÁRIO

Perguntas norteadoras: Me fale como vocês veem a vida de vocês aqui e quais são seus projetos? Como vocês se veem no futuro?

Vocês conversam com seus pais sobre o futuro?